

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	3.605.118	1.558.026
1.01	Ativo Circulante	515.731	22.597
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	286.810	5.818
1.01.02	Aplicações Financeiras	537	260
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	537	260
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	537	260
1.01.03	Contas a Receber	10.594	11.957
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.594	11.957
1.01.03.02.01	Venda Participação	10.594	11.957
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.226	1.414
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.226	1.414
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.103	506
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.103	506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	212.461	2.642
1.01.08.03	Outros	212.461	2.642
1.01.08.03.01	Outros créditos	2.191	2.269
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	705	373
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	209.565	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.089.387	1.535.429
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	64.590	72.272
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.422	5.304
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	5.422	5.304
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	59.168	66.968
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	2.667	2.666
1.02.01.10.04	Outros créditos	12.553	12.748
1.02.01.10.07	Outros créditos - venda participação	43.948	51.554
1.02.02	Investimentos	3.019.230	1.461.267
1.02.02.01	Participações Societárias	3.019.230	1.461.267
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.979.174	1.420.826
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	40.056	40.441
1.02.03	Imobilizado	3.715	1.714
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.715	1.714
1.02.04	Intangível	1.852	176
1.02.04.01	Intangíveis	1.852	176
1.02.04.01.02	Intangível	1.852	176

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	3.605.118	1.558.026
2.01	Passivo Circulante	1.462.720	327.883
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.860	9.419
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.860	9.419
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.860	9.419
2.01.02	Fornecedores	4.305	265
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.305	265
2.01.03	Obrigações Fiscais	386	62
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	386	62
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	386	62
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.439.447	285.171
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.286.792	135.522
2.01.04.02	Debêntures	152.267	149.563
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	388	86
2.01.04.03.01	Arrendamento a pagar	388	86
2.01.05	Outras Obrigações	10.722	32.966
2.01.05.02	Outros	10.722	32.966
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.619	2.616
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	8.103	3.900
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	0	26.450
2.02	Passivo Não Circulante	32.474	1.173.962
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	778	1.107.841
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.107.841
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.107.841
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	778	0
2.02.01.03.01	Arrendamento a pagar	778	0
2.02.02	Outras Obrigações	31.696	66.121
2.02.02.02	Outros	31.696	66.121
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	24.819	28.055
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	6.877	17.039
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	0	21.027
2.03	Patrimônio Líquido	2.109.924	56.181
2.03.01	Capital Social Realizado	2.055.574	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.04	Opções Outorgadas	56.936	56.936
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.418	-366.487

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	155.702	419.100	98.230	285.843
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.153	-19.141	-8.021	-26.954
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	45.895	45.987	-14.710	-66.943
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	231	580	187	531
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-128	-385	-2.897	-8.692
3.04.05.03	Acordo de Nao Persecução Cível - ANPC	45.792	45.792	-12.000	-58.782
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	114.960	392.254	120.961	379.740
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	114.960	392.254	120.961	379.740
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	155.702	419.100	98.230	285.843
3.06	Resultado Financeiro	-11.979	-60.031	-23.608	-76.087
3.06.01	Receitas Financeiras	19.587	22.255	1.128	5.338
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.566	-82.286	-24.736	-81.425
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	143.723	359.069	74.622	209.756
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	143.723	359.069	74.622	209.756
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-3.000	-3.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-3.000	-3.000
3.10.01.01	Resultado líquido das operacções descontinuadas	0	0	-3.000	-3.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	143.723	359.069	71.622	206.756
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,20661	0,59018	0,12836	0,37054
3.99.01.02	ON	0,20661	0,59018	0,13373	0,37592
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,20661	0,59018	0,12836	0,37054
3.99.02.02	ON	0,20661	0,59018	0,13373	0,37592

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	143.723	359.069	71.622	206.756
4.03	Resultado Abrangente do Período	143.723	359.069	71.622	206.756

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.378	-30.346
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.015	-40.410
6.01.01.01	Lucro/(prejuízo) Líquido do período	359.069	209.756
6.01.01.02	Lucro/(Prejuízo) das operações descontinuadas	0	-3.000
6.01.01.03	Depreciação e amortização	916	1.149
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	30	0
6.01.01.06	Encargos financeiros e var. mon. sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	80.123	78.019
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1	-120
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-2.175	-3.126
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-392.254	-379.740
6.01.01.17	Amortização de ágio	385	8.692
6.01.01.18	Juros ativos - mútuos	-139	-124
6.01.01.19	Provisão/Estorno e at. mon: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	-46.969	48.084
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.363	10.064
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.812	1.224
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-597	-330
6.01.02.04	Depósitos judiciais	0	-21
6.01.02.05	Outros créditos	273	1.316
6.01.02.06	Fornecedores	4.040	12.464
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.559	2.007
6.01.02.08	Partes relacionadas	-332	771
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	324	-194
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-3.233	2.560
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	-6.467	-9.733
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.367.199	98.470
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.405	-87
6.02.02	Aquisição de intangível	-2	-38
6.02.03	Aplicações financeiras	-277	1.375
6.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	41.001	168.001
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-1.416.806	-81.741
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	146	80
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	11.144	10.880
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.659.569	-66.428
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-31.136	-1.230.751
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-3.990	-72.929
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	1.212.416
6.03.06	Partes relacionadas - mútuos	21	18
6.03.07	Aporte de Capital	1.694.674	0
6.03.09	Pagamento de ações em tesouraria e exercício opções - stock options	0	24.818
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	280.992	1.696
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.818	15.275

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	286.810	16.971

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.694.674	0	0	0	0	1.694.674
5.04.01	Aumentos de Capital	1.694.674	0	0	0	0	1.694.674
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	359.069	0	359.069
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	359.069	0	359.069
5.07	Saldos Finais	2.055.574	61.768	0	-7.418	0	2.109.924

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24.818	0	0	0	24.818
5.04.09	Exercício plano de opções de ações	0	24.818	0	0	0	24.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	206.756	0	206.756
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	206.756	0	206.756
5.07	Saldos Finais	360.900	61.768	242.961	21.296	0	686.925

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	40.196	-72.805
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.596	-14.554
7.02.04	Outros	45.792	-58.251
7.02.04.02	Outros	45.792	-58.251
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.196	-72.805
7.04	Retenções	-1.301	-9.841
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-916	-1.149
7.04.02	Outras	-385	-8.692
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-385	-8.692
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	38.895	-82.646
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	415.089	382.078
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	392.254	379.740
7.06.02	Receitas Financeiras	22.255	5.338
7.06.03	Outros	580	-3.000
7.06.03.02	Outros	580	-3.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	453.984	299.432
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	453.984	299.432
7.08.01	Pessoal	12.391	10.979
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.932	10.519
7.08.01.02	Benefícios	305	312
7.08.01.03	F.G.T.S.	154	148
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	82.524	81.697
7.08.03.01	Juros	79.689	72.398
7.08.03.02	Aluguéis	238	272
7.08.03.03	Outras	2.597	9.027
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	359.069	206.756
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	359.069	206.756

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	17.215.248	11.093.640
1.01	Ativo Circulante	4.379.219	1.750.088
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.288.692	1.342.219
1.01.02	Aplicações Financeiras	86.181	114.323
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	86.181	114.323
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	81.135	62.532
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	5.046	51.791
1.01.03	Contas a Receber	240.553	195.565
1.01.03.01	Clientes	229.959	183.608
1.01.03.01.01	Clientes	229.162	183.607
1.01.03.01.02	Clientes - Partes relacionadas	797	1
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.594	11.957
1.01.03.02.01	Venda Participação	10.594	11.957
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.322	58.456
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.322	58.456
1.01.07	Despesas Antecipadas	19.015	13.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	672.456	26.082
1.01.08.03	Outros	672.456	26.082
1.01.08.03.01	Outros créditos	48.714	26.082
1.01.08.03.05	Outros créditos - conta reserva - Ecovias dos Imigrantes	623.742	0
1.02	Ativo Não Circulante	12.836.029	9.343.552
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.901.667	754.862
1.02.01.07	Tributos Diferidos	278.461	252.704
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	278.461	252.704
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.676	6.087
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.620.530	496.071
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	209.048	209.082
1.02.01.10.04	Outros créditos	18.978	20.642
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	69.588	64.957
1.02.01.10.06	Tributos a Recuperar	15.936	15.558
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	43.948	51.554
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	190.415	134.278
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva - Ecovias do Araguaia	1.072.617	0
1.02.02	Investimentos	0	166
1.02.02.01	Participações Societárias	0	166
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	0	166
1.02.03	Imobilizado	419.422	433.083
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	419.422	433.083
1.02.04	Intangível	10.514.940	8.155.441
1.02.04.01	Intangíveis	10.514.940	8.155.441
1.02.04.01.02	Intangível	10.514.940	8.155.441

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	17.215.248	11.093.640
2.01	Passivo Circulante	5.785.446	2.518.699
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	106.822	86.540
2.01.01.01	Obrigações Sociais	106.822	86.540
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	106.822	86.540
2.01.02	Fornecedores	169.449	135.521
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	169.449	135.521
2.01.03	Obrigações Fiscais	54.274	53.204
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	54.274	53.204
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	54.274	53.204
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.870.201	1.602.035
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.795.077	485.975
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.795.077	485.975
2.01.04.02	Debêntures	2.044.973	1.092.648
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	30.151	23.412
2.01.04.03.01	Arrendamento a pagar	30.151	23.412
2.01.05	Outras Obrigações	352.406	352.669
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	20.986	9.888
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	20.986	9.888
2.01.05.02	Outros	331.420	342.781
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	97.764	93.086
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	114.901	114.774
2.01.05.02.07	Contas a pagar - Aquisição de empresas	10.223	10.601
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	108.532	97.870
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	0	26.450
2.01.06	Provisões	232.294	288.730
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.793	24.970
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	27.793	24.970
2.01.06.02	Outras Provisões	204.501	263.760
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	165.816	262.142
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	38.685	1.618
2.02	Passivo Não Circulante	9.138.195	8.518.760
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.009.608	6.896.482
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.501.142	2.539.369
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.501.142	2.539.369
2.02.01.02	Debêntures	4.428.506	4.340.123
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	79.960	16.990
2.02.01.03.01	Arrendamento a pagar	79.960	16.990
2.02.02	Outras Obrigações	2.627.986	1.149.760
2.02.02.02	Outros	2.627.986	1.149.760
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	2.469.396	910.275
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	126.031	108.054
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	22.331	26.218
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	10.228	84.186
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	0	21.027
2.02.03	Tributos Diferidos	322	1.551

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	322	1.551
2.02.04	Provisões	500.279	470.967
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	275.253	239.058
2.02.04.01.05	Provisões para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	275.253	239.058
2.02.04.02	Outras Provisões	225.026	231.909
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	222.394	193.812
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	2.632	38.097
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.291.607	56.181
2.03.01	Capital Social Realizado	2.055.574	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.04	Opções Outorgadas	56.936	56.936
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.418	-366.487
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	181.683	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.262.418	3.366.453	1.058.500	2.936.285
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-768.206	-2.001.175	-632.215	-1.744.747
3.03	Resultado Bruto	494.212	1.365.278	426.285	1.191.538
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.836	-143.769	-82.525	-263.569
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-73.051	-196.520	-69.290	-205.179
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	48.215	52.771	-13.233	-58.388
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	2.423	6.979	-167	1.460
3.04.05.03	Acordo de Leniência/Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	45.792	45.792	-13.066	-59.848
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-20	-2	-2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	469.376	1.221.509	343.760	927.969
3.06	Resultado Financeiro	-256.823	-666.943	-202.224	-499.133
3.06.01	Receitas Financeiras	65.455	144.855	13.316	51.630
3.06.02	Despesas Financeiras	-322.278	-811.798	-215.540	-550.763
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	212.553	554.566	141.536	428.836
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-70.897	-197.564	-66.914	-219.080
3.08.01	Corrente	-79.050	-224.550	-86.875	-262.854
3.08.02	Diferido	8.153	26.986	19.961	43.774
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	141.656	357.002	74.622	209.756
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-3.000	-3.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-3.000	-3.000
3.10.01.01	Resultado líquido das operações descontinuadas	0	0	-3.000	-3.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	141.656	357.002	71.622	206.756
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	143.273	359.069	71.622	206.756
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.067	-2.067	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,20661	0,59018	0,12836	0,37054
3.99.01.02	ON	0,20661	0,59018	0,13373	0,37592

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,20661	0,59018	0,12836	0,37054
3.99.02.02	ON	0,20661	0,59018	0,13373	0,37592

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	141.656	357.002	71.622	206.756
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	141.656	357.002	71.622	206.756
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	143.723	359.069	71.622	206.756
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.067	-2.067	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.375.602	1.057.403
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.943.649	1.567.250
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	357.002	209.756
6.01.01.02	Lucro/(Prejuízo) das operações descontinuadas	0	-3.000
6.01.01.03	Depreciação e amortização	511.978	414.468
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	15.720	5.868
6.01.01.05	Capitalização de juros	-49.745	-34.708
6.01.01.06	Encargos financeiros e var. mon. sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	628.738	430.091
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	58.598	20.275
6.01.01.08	Provisão e atualização para manutenção e construção de obras	127.137	116.011
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-788	-105
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	202.599	140.764
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2.405	-2.235
6.01.01.12	Tributos Diferidos	-26.986	-43.774
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	224.550	262.854
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-3.364	-2.417
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	1.800	-459
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	20	2
6.01.01.19	Provisão/Estorno e at. mon. Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	-45.068	53.859
6.01.01.20	Atualização monetária Ativo sujeito a indenização	-56.137	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-568.047	-509.847
6.01.02.01	Clientes	-44.767	-22.743
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-14.244	10.132
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-2.161	1.348
6.01.02.04	Depósitos judiciais	2.439	-731
6.01.02.05	Outros créditos	-20.968	-4.732
6.01.02.06	Fornecedores	33.928	26.209
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	20.282	21.824
6.01.02.08	Partes relacionadas	10.302	-29.208
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.070	18.444
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-22.403	-7.470
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-196.195	-78.554
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-66.002	-51.551
6.01.02.13	Outras contas a pagar	18.104	21.016
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-221.727	-241.210
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	-65.705	-172.621
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.880.027	-745.913
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-43.634	-52.890
6.02.02	Aquisição de intangível	-1.178.199	-771.373
6.02.03	Aplicações financeiras	46.745	93.015

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	-19.870	-25.625
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	146	80
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	11.144	10.880
6.02.10	Outros Créditos - Conta reserva - Ecovias dos Imigrantes	-623.742	0
6.02.11	Outros Créditos - Conta reserva - ANTT - Ecovias do Araguaia	-1.072.617	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.450.898	-25.432
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-512.929	-2.179.744
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-328.281	-411.773
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.488.119	2.611.265
6.03.05	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-66.195	-63.159
6.03.07	Aporte de Capital	1.694.674	0
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-8.240	-6.846
6.03.09	Pagamento de ações em tesouraria e exercício opções - stock options	0	24.818
6.03.10	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	7
6.03.11	Aporte de Capital não controladores	183.750	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.946.473	286.058
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.342.219	1.856.248
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.288.692	2.142.306

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.694.674	0	0	0	0	1.694.674	183.750	1.878.424
5.04.01	Aumentos de Capital	1.694.674	0	0	0	0	1.694.674	183.750	1.878.424
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	359.069	0	359.069	-2.067	357.002
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	359.069	0	359.069	-2.067	357.002
5.07	Saldos Finais	2.055.574	61.768	0	-7.418	0	2.109.924	181.683	2.291.607

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351	0	455.351
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351	0	455.351
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24.818	0	0	0	24.818	0	24.818
5.04.09	Exercício plano de opções de ações	0	24.818	0	0	0	24.818	0	24.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	206.756	0	206.756	0	206.756
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	206.756	0	206.756	0	206.756
5.07	Saldos Finais	360.900	61.768	242.961	21.296	0	686.925	0	686.925

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	3.841.302	3.319.247
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.010.313	2.500.610
7.01.02	Outras Receitas	80.390	68.894
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	750.599	749.743
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.455.580	-1.425.780
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.253.400	-1.139.824
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.723	-103.605
7.02.04	Outros	-117.457	-182.351
7.02.04.02	Outros	-117.457	-182.351
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.385.722	1.893.467
7.04	Retenções	-511.978	-414.468
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-511.978	-414.468
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.873.744	1.478.999
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	151.814	48.628
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20	-2
7.06.02	Receitas Financeiras	144.855	51.630
7.06.03	Outros	6.979	-3.000
7.06.03.01	Outros	6.979	-3.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.025.558	1.527.627
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.025.558	1.527.627
7.08.01	Pessoal	339.714	282.119
7.08.01.01	Remuneração Direta	258.869	214.357
7.08.01.02	Benefícios	62.545	55.110
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.300	12.652
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	509.164	478.079
7.08.02.01	Federais	351.678	346.828
7.08.02.02	Estaduais	3	0
7.08.02.03	Municipais	157.483	131.251
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	819.678	560.673
7.08.03.01	Juros	379.728	331.217
7.08.03.02	Aluguéis	7.880	9.910
7.08.03.03	Outras	432.070	219.546
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	357.002	206.756
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	359.069	206.756
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2.067	0

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	3T21	3T20	Var.	9M21	9M20	Var.
Concessões Rodoviárias	946,5	795,4	19,0%	2.670,9	2.255,8	18,4%
Receita de Construção	339,4	287,3	18,2%	750,6	749,7	0,1%
Ecoporto Santos	131,3	101,1	29,8%	390,2	280,5	39,1%
Ecopátio Cubatão	4,9	8,8	-44,7%	23,6	28,0	-15,7%
Serviços	80,4	68,2	17,9%	241,1	203,9	18,2%
Eliminações	(78,5)	(66,7)	17,6%	(235,2)	(198,6)	18,4%
RECEITA BRUTA	1.424,1	1.194,1	19,3%	3.841,3	3.319,2	15,7%
(-) Receita de Construção	(339,4)	(287,3)	18,2%	(750,6)	(749,7)	0,1%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA	1.084,6	906,9	19,6%	3.090,7	2.569,5	20,3%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	3T21	3T20	Var.	9M21	9M20	Var.
Pessoal	119,2	98,7	20,8%	339,7	282,1	20,4%
Conservação e Manutenção	44,3	30,4	45,9%	133,1	95,4	39,4%
Serviços de Terceiros	56,9	61,5	-7,6%	176,0	175,7	0,2%
Seguros, Poder Concedente e Locações	29,2	28,4	2,7%	87,2	77,3	12,8%
Outros	39,4	24,4	61,5%	104,6	69,0	51,5%
CUSTOS CAIXA	289,0	243,4	18,7%	840,5	699,5	20,2%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	285,0	235,9	20,8%	803,0	686,0	17,1%
Custo de Construção de Obras	339,4	287,3	18,2%	750,6	749,7	0,1%
Provisão para Manutenção	31,5	25,8	22,2%	94,6	86,2	9,7%
Depreciação e Amortização	181,3	145,0	25,0%	512,0	414,5	23,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	841,3	701,5	19,9%	2.197,7	1.949,9	12,7%

1) Exclui custos e despesas da Ecovias do Cerrado e gastos iniciais da Ecovias do Araguaia.

Os **custos operacionais e despesas administrativas** totalizaram R\$841,3 milhões no 3T21 (+19,9%) e R\$2.197,7 milhões nos 9M21 (+12,7%).

Os **custos caixa**, desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, atingiram R\$289,0 milhões no 3T21 (+18,7%) e R\$840,5 milhões nos 9M21 (+20,2%).

Os **custos caixa ajustado**, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado¹ e gastos iniciais da Ecovias do Araguaia, totalizaram **R\$285,0 milhões** no 3T21 (+20,8%) e R\$803,0 milhões nos 9M21 (+17,1%). No 3T21, o aumento de R\$49,1 milhões deve-se, principalmente, ao incremento em pessoal (+R\$16,9 milhões), em função do reajuste salarial de 6,22%, provisões para desmobilização da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar (devido à finalização dos contratos de concessão em novembro/21) e crescimento das operações do Ecoporto, normalização dos gastos com conservação e manutenção em 2021 (+R\$13,1 milhões), em função das medidas de isolamento social no combate à Covid-19 e outros (+R\$16,6 milhões) devido, principalmente, à provisão de multas na Eco101 que se encontram em fase de discussões administrativas.

¹ Ecovias do Cerrado: praças P1 e P2 a partir de 14/11/2020, P6 e P7 a partir de 10/01/21 e P3, P4 e P5 a partir de 20/03/2021.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	3T21	3T20	Var.	9M21	9M20	Var.
Concessões Rodoviárias	243,0	203,9	19,2%	731,5	594,0	23,2%
Ecoporto Santos	51,1	37,5	36,4%	144,0	109,3	31,8%
Ecopátio Cubatão	4,4	4,8	-8,2%	13,7	12,6	8,8%
Serviços e Holding	65,2	61,4	6,2%	176,1	174,6	0,9%
Eliminações	(74,7)	(64,2)	16,5%	(224,7)	(190,9)	17,7%
CUSTOS CAIXA	289,0	243,4	18,7%	840,5	699,5	20,2%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	285,0	235,9	20,8%	803,0	686,0	17,1%
Custo de Construção de Obras	339,4	287,3	18,2%	750,6	749,7	0,1%
Provisão para Manutenção	31,5	25,8	22,2%	94,6	86,2	9,7%
Depreciação e Amortização	181,3	145,0	25,0%	512,0	414,5	23,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	841,3	701,5	19,9%	2.197,7	1.949,9	12,7%

1) Exclui custos e despesas da Ecovias do Cerrado e gastos iniciais da Ecovias do Araguaia.

Os **custos caixa das concessões rodoviárias** totalizaram **R\$243,0 milhões** no 3T21 (+19,2%) e R\$731,5 milhões nos 9M21 (+23,2%). Os **custos caixa ajustado das concessões rodoviárias**, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado² e os gastos iniciais da Ecovias do Araguaia, totalizaram R\$236,5 milhões no 3T21 (+21,5%) e R\$686,2 milhões nos 9M21 (+19,2%). No 3T21, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em pessoal, em função do reajuste salarial de 6,22% e provisões para desmobilização da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar (devido à finalização do contrato de concessão em novembro/21), normalização dos gastos com conservação e manutenção em 2021, serviços prestados pela Ecorodovias Concessões e Serviços (ECS) e outros devido, principalmente, à provisão de multas na Eco101 que se encontram em fase de discussões administrativas.

Os **custos caixa do Ecoporto** totalizaram R\$51,1 milhões no 3T21 (+36,4%) e R\$144,0 milhões nos 9M21 (+31,8%). No 3T21, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em pessoal, em função do reajuste salarial de 6,22% e crescimento das operações, serviços de terceiros relacionados à transportes e fretes e poder concedente, em função do aumento das liberações de contêineres.

Os **custos caixa do Ecopátio Cubatão** atingiram R\$4,4 milhões no 3T21 (-8,2%) e R\$13,7 milhões nos 9M21 (+8,8%). No 3T21, a redução deve-se, principalmente, à diminuição em serviços de terceiros.

Os **custos caixa de Serviços e Holding** totalizaram R\$65,2 milhões no 3T21 (+6,2%) e R\$176,1 milhões nos 9M21 (+0,9%). No 3T21, o aumento deve-se, principalmente, ao incremento em pessoal, em função do reajuste salarial de 6,22%.

² Ecovias do Cerrado: praças P1 e P2 a partir de 14/11/2020, P6 e P7 a partir de 10/01/21 e P3, P4 e P5 a partir de 20/03/2021.

EBITDA

EBITDA (em milhões de R\$)	3T21	3T20	Var.	9M21	9M20	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	143,7	71,6	100,7%	359,1	206,8	73,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(2,1)	-	n.m.	(2,1)	-	n.m.
Lucro Líquido	141,7	71,6	97,8%	357,0	206,8	72,7%
(+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	-	3,0	n.m.	-	3,0	n.m.
Lucro Líquido Operações Continuadas	141,7	74,6	89,8%	357,0	209,8	70,2%
(+) Depreciação e Amortização	181,3	145,0	25,0%	512,0	414,5	23,5%
(+) Resultado Financeiro	256,8	202,2	27,0%	666,9	499,1	33,6%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	70,9	66,9	6,0%	197,6	219,1	-9,8%
EBITDA¹	650,7	488,8	33,1%	1.733,5	1.342,4	29,1%
(+) Acordos ²	(45,8)	13,1	n.m.	(45,8)	59,8	-176,5%
(+) Provisão para Manutenção	31,5	25,8	22,2%	94,6	86,2	9,7%
EBITDA AJUSTADO³	636,4	527,7	20,6%	1.782,3	1.488,5	19,7%
MARGEM EBITDA AJUSTADA³	69,0%	68,4%	0,6 p.p.	68,1%	68,1%	0,0 p.p.

1) EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012.

2) Acordo de Não Persecução Cível (2T20/9M20), multas compensatórias assumidas nos Acordos com Ex-Executivos Colaboradores (3T20/9M20) e a reversão de provisão de multas do Acordo de Não Persecução Cível não homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público (3T21/9M21).

3) Exclui Provisão para Manutenção e Acordos.

EBITDA Ajustado por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	3T21	Margem	3T20	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias¹	621,9	71,9%	522,1	71,9%	19,1%
Concessões maduras ¹	588,0	71,3%	531,4	73,2%	10,6%
Ecovias do Cerrado ¹	34,8	86,0%	(9,3)	n.m.	n.m.
Ecovias do Araguaia ¹	(0,9)	n.m.	-	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	11,7	19,3%	5,8	13,4%	100,9%
Serviços e Holding²	2,9	4,0%	(3,0)	n.m.	-196,5%
Ecopátio Cubatão	(0,1)	-1,9%	2,8	36,5%	-102,9%
EBITDA AJUSTADO^{1,2}	636,4	69,0%	527,7	68,4%	20,6%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA^{1,2}	923,0		771,2		19,7%

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Exclui as multas compensatórias assumidas nos Acordos com Ex-Executivos Colaboradores (3T20) e a reversão de provisão de multas do Acordo de Não Persecução Cível não homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público (3T21).

O **EBITDA ajustado** totalizou **R\$636,4 milhões** no 3T21 (+20,6%) e a **margem EBITDA ajustada**, **69,0%** devido ao início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado³, crescimento do tráfego de veículos em função da flexibilização das medidas de isolamento social no combate à Covid-19 e avanço da vacinação, reajustes das tarifas de pedágio, crescimento das operações do Ecoporto e desempenho das *holdings*.

³ Ecovias do Cerrado: praças P1 e P2 a partir de 14/11/20, P6 e P7 a partir de 10/01/21 e P3, P4 e P5 a partir de 20/03/21.

EBITDA (em milhões de R\$)	9M21	Margem	9M20	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias¹	1.712,2	70,2%	1.467,9	71,3%	16,6%
Concessões maduras ¹	1.645,8	70,7%	1.486,0	72,1%	10,7%
Ecovias do Cerrado ¹	67,3	60,2%	(18,1)	n.m.	n.m.
Ecovias do Araguaia ¹	(0,9)	n.m.	-	n.m.	n.m.
Ecoporto Santos	34,0	19,4%	9,4	7,9%	n.m.
Serviços e Holding²	28,4	13,2%	(0,4)	n.m.	n.m.
Ecopátio Cubatão	7,7	37,9%	11,5	47,9%	-33,0%
EBITDA AJUSTADO^{1,2}	1.782,3	68,1%	1.488,5	68,1%	19,7%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA^{1,2}	2.615,9		2.186,5		19,6%

1) Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção.

2) Exclui o Acordo de Não Persecução Cível (2T20/9M20), multas compensatórias assumidas nos Acordos com Ex-Executivos Colaboradores (3T20/9M20) e a reversão de provisão de multas do Acordo de Não Persecução Cível não homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público (3T21/9M21).

Nos 9M21, o EBITDA ajustado atingiu R\$1.782,3 milhões (+19,7%) e a margem EBITDA ajustada, 68,1%.

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	3T21	3T20	Var.	9M21	9M20	Var.
Juros sobre Debêntures	(100,5)	(68,6)	46,6%	(239,7)	(233,2)	2,8%
Varição Monetária sobre Debêntures	(62,2)	(30,7)	102,7%	(174,0)	(47,7)	n.m.
Juros sobre Financiamentos	(72,8)	(52,1)	39,6%	(178,7)	(126,1)	41,7%
Efeitos financeiros sobre Direito de Outorga	(57,8)	(49,4)	17,1%	(141,0)	(87,3)	61,5%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(5,2)	(1,0)	n.m.	(12,9)	(1,2)	n.m.
Receitas de Aplicações Financeiras	43,5	11,1	n.m.	64,6	43,2	49,4%
Ajuste a Valor Presente	(10,9)	(9,7)	11,8%	(32,6)	(29,8)	9,1%
Atualização Monetária - Acordos ¹	3,1	(1,5)	n.m.	(0,7)	(7,1)	-89,8%
Outros Efeitos Financeiros	(13,2)	(0,4)	n.m.	(24,9)	(9,8)	153,6%
Varição monetária de ativo sujeito à indenização	11,5	-	n.m.	62,0	-	n.m.
Outros créditos - conta reserva - Ecovias dos Imigrantes	7,6	-	n.m.	10,9	-	n.m.
RESULTADO FINANCEIRO	(256,8)	(202,2)	27,0%	(666,9)	(499,1)	33,6%

1) Acordo de Leniência, Acordos com Ex-Executivos Colaboradores e Acordo de Não Persecução Cível.

O resultado financeiro apresentou aumento de R\$54,6 milhões no 3T21 (+27,0%) e R\$167,8 milhões nos 9M21 (+33,6%). Abaixo, as principais variações entre os trimestres:

- Juros sobre debêntures: incremento de R\$31,9 milhões, devido ao aumento do CDI e do saldo de dívidas em debêntures.
- Varição monetária sobre debêntures: aumento de R\$31,5 milhões, decorrente do incremento do IPCA no período de junho/21 a agosto/21 quando comparado ao período entre junho/20 a agosto/20.
- Juros sobre financiamentos: aumento de R\$20,6 milhões decorrente dos juros da 1ª Emissão de Notas Promissórias na *Holding* do Araguaia no valor de R\$1.400 milhões em agosto de 2021 e do aumento do CDI.
- Efeitos financeiros sobre direito de outorga: aumento de R\$8,4 milhões (não caixa) devido, principalmente ao incremento do IPCA no período.
- Varição monetária de ativo sujeito à indenização: refere-se ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos do Ecoporto.
- Receita de aplicações financeiras: aumento de R\$32,4 milhões em função do maior caixa disponível e aumento do CDI.

Os juros pagos totalizaram R\$86,0 milhões no 3T21 (+210,5%) e R\$328,3 milhões nos 9M21 (-20,3%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

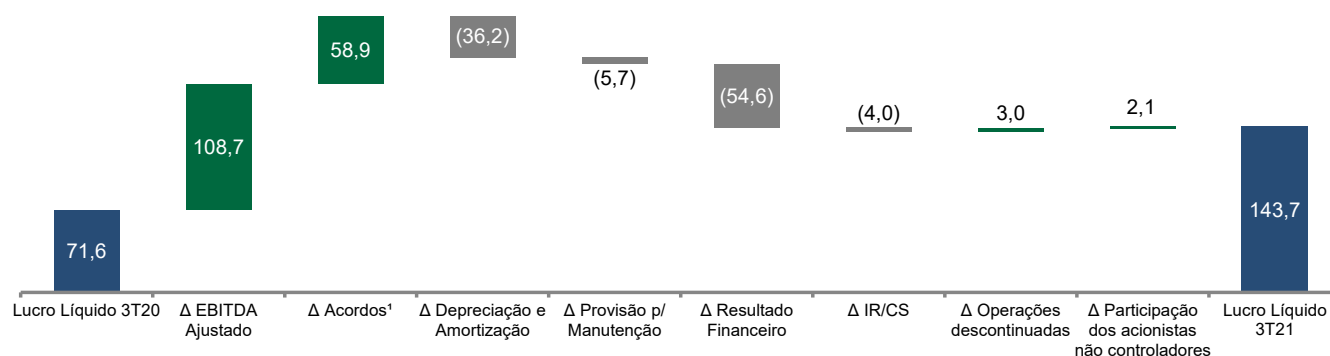
O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$70,9 milhões no 3T21 (+6,0%) e R\$197,6 milhões nos 9M21 (-9,8%).

Os impostos pagos totalizaram R\$70,3 milhões no 3T21 (-11,0%) e R\$221,7 milhões nos 9M21 (-8,1%).

Lucro (Prejuízo) Líquido

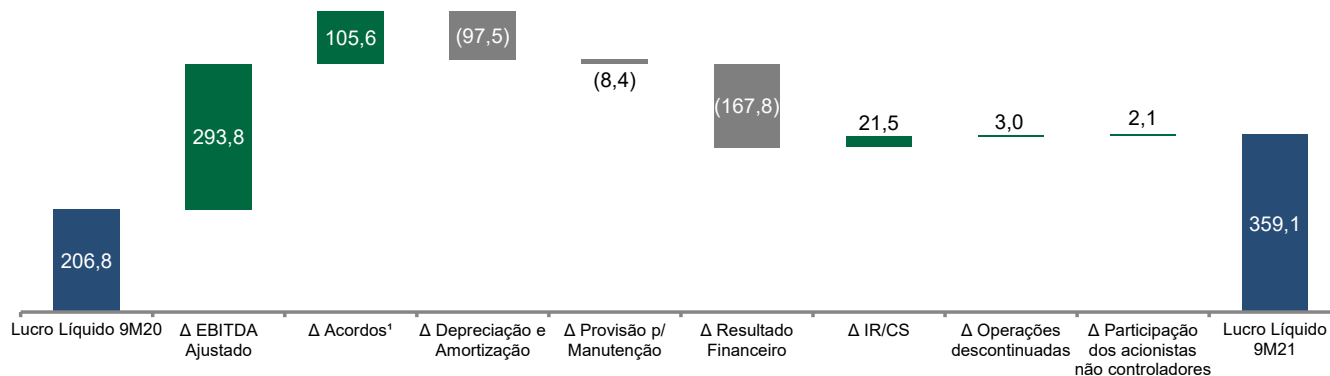
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO (em milhões de R\$)	3T21	3T20	Var.	9M21	9M20	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	141,7	71,6	97,8%	357,0	206,8	72,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	143,7	71,6	100,7%	359,1	206,8	73,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(2,1)	-	n.m.	(2,1)	-	n.m.

Evolução do Lucro Líquido (em milhões de R\$)



1) Multas compensatórias assumidas nos Acordos com Ex-Executivos Colaboradores (3T20) e a reversão de provisão das multas do Acordo de Não Persecução Cível não homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público (3T21).

O **lucro líquido**, atribuível aos acionistas controladores, totalizou R\$143,7 milhões no 3T21 (+100,7%) devido, principalmente, ao aumento do EBITDA ajustado e à reversão de provisão das multas do Acordo de Não Persecução Cível, no 3T21, não homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 23 de setembro de 2021.



1) Acordo de Não Persecução Cível (2T20), multas compensatórias assumidas nos Acordos com Ex-Executivos Colaboradores (3T20) e a reversão de provisão de multas do Acordo de Não Persecução Cível não homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público (3T21).

Nos 9M21, o lucro líquido, atribuível aos acionistas controladores, totalizou R\$359,1 milhões (+73,7%).

Endividamento e Disponibilidade Financeira

A dívida bruta da Ecorodovias atingiu R\$10.769,7 milhões em setembro de 2021, aumento de 16,5% em relação ao 2T21 devido, principalmente, à (i) emissão de notas promissórias pela *Holding* do Araguaia no valor de

R\$1.400,0 milhões em agosto de 2021, pelo prazo de 6 meses, ao custo de CDI+1,35% a.a. para aporte de capital na Ecovias do Araguaia.

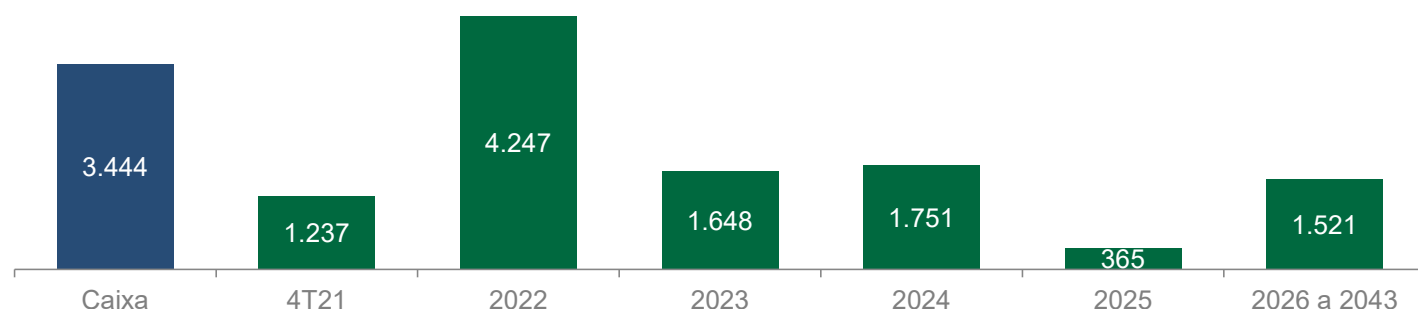
O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo totalizou R\$3.444,5 milhões em setembro de 2021, aumento de 1,9% em relação ao saldo de junho de 2021. O total de caixa e equivalentes de caixa é 0,7x (vez) a dívida bruta de curto prazo.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/09/2021	30/06/2021	Var.
Curto Prazo	4.840,0	3.331,7	45,3%
Longo Prazo	5.929,6	5.916,2	0,2%
Divida Bruta Total ¹	10.769,7	9.247,9	16,5%
(-) Caixa e equivalentes	3.444,5	3.380,8	1,9%
Dívida Líquida	7.325,2	5.867,1	24,9%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA Ajustado² UDM³	3,1x	2,6x	0,5x

1) Não considera as Obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.

2) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, contabilização de passivo da Eco101 (4T20), Acordo de Leniência e Acordos com Ex-Executivos Colaboradores (4T20), *impairment* (não caixa) do Ecoporto Santos (4T20) e a reversão de multas do Acordo de Não Persecução Cível (3T21).

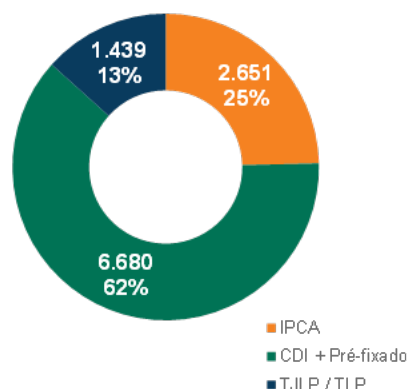
3) UDM = últimos 12 meses.



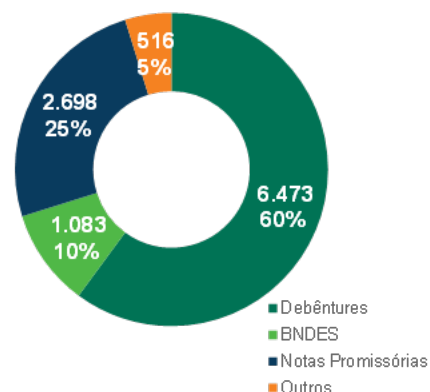
Os vencimentos do 4T21 totalizam R\$1.237,4 milhões e estão distribuídos da seguinte forma: R\$685,2 milhões na Ecorodovias Concessões e Serviços (*sub-holding* de serviços), R\$331,2 milhões na Ecorodovias Infraestrutura e Logística (*holding*), R\$148,7 milhões nas concessões rodoviárias (controladas) e R\$72,6 milhões no Ecoporto.

Em 2022, os vencimentos totalizam R\$4.247,1 milhões e estão distribuídos da seguinte forma: R\$1.107,8 milhões na Ecorodovias Infraestrutura e Logística (*holding*), R\$592,0 milhões na Ecorodovias Concessões e Serviços (*sub-holding* de serviços), R\$2.535,0 milhões nas concessões rodoviárias (controladas), principalmente, R\$961,9 milhões na Ecovias dos Imigrantes e R\$1.411,2 milhões na *Holding* do Araguaia, cujo pagamento será realizado com os recursos líquidos da 1ª emissão de debêntures incentivadas da *Holding* do Araguaia, no valor de R\$1.400 milhões e prazo de 15 anos, aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da *Holding* do Araguaia realizada em 23 de setembro de 2021.

Dívida Bruta – 30/09/2021



Dívida Bruta – 30/09/2021



CAPEX (em milhões de R\$)	3T21			9M21		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL	INTANGÍVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL
Concessões Rodoviárias	444,3	86,3	530,6	904,0	196,2	1.100,2
Ecovias dos Imigrantes	18,7	9,4	28,1	41,2	20,1	61,2
Ecopistas	20,5	8,6	29,2	54,1	37,7	91,8
Ecovia Caminho do Mar	5,4	15,5	20,9	10,5	28,0	38,6
Ecocataratas	13,3	40,0	53,3	20,8	74,8	95,6
Ecosul	37,0	2,1	39,1	113,3	6,2	119,5
Eco101	84,9	-	84,9	197,0	-	197,0
Ecoponte	9,5	2,0	11,5	37,8	9,3	47,1
Eco135	98,8	0,1	98,9	136,4	0,8	137,2
Eco050	81,6	8,7	90,3	185,8	19,3	205,1
Ecovias do Cerrado	41,3	-	41,3	68,4	-	68,4
Ecovias do Araguaia	33,3	-	33,3	38,7	-	38,7
Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão	3,6	-	3,6	10,8	-	10,8
Outros¹	4,6	-	4,6	9,9	-	9,9
Eliminações	(3,6)	-	(3,6)	(10,7)	-	(10,7)
CAPEX	449,0	86,3	535,3	914,1	196,2	1.110,3
Outorga ao poder concedente - Ecovias do Araguaia	357,5	-	357,5	357,5	-	357,5
CAPEX + Outorga	806,5	86,3	892,8	1.271,6	196,2	1.467,8

1) Considera Serviços e Holding.

O capex realizado no 3T21 atingiu R\$892,8 milhões devido, principalmente, à contabilização da outorga da Ecovias do Araguaia no valor de R\$357,5 milhões. Desconsiderando esse efeito, o capex realizado atingiu R\$535,3 milhões. Os principais investimentos - nas concessões rodoviárias - destinaram-se à: duplicações e obras de conservação de pavimento na Eco135, Eco050 e Eco101 e obras de conservação especial de pavimento na Ecocataratas, Ecovias do Cerrado e Ecosul.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui dez concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 11.

Em 21 de outubro de 2021, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria, analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas ITRs e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 22 de outubro de 2021.

a) Impactos COVID-19

Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e serviram para mitigar os impactos da pandemia temporariamente.

A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

- desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;
- o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os *covenants* dos contratos de crédito; e
- incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19.

No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A Companhia criou comitês de crise, incluindo pessoas chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionários que possam realizar suas atividades fora das instalações da Companhia.

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020"), publicadas no dia 11 de março de 2021 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMA

As normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2021 não tem impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	66.262	16	87.977	24.510
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento	220.350	5.625	2.070.419	1.122.319
Operações compromissadas	-	-	159.109	6.965
Certificado de depósito bancário CDB	-	-	961.475	171.694
Aplicações automáticas	198	177	9.712	16.731
	<u>286.810</u>	<u>5.818</u>	<u>3.288.692</u>	<u>1.342.219</u>

A principal variação entre as informações financeiras em 30 de setembro de 2021 e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foi o aumento de capital da Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.a), através da emissão de

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

137.635.144 novas ações ordinárias, com a entrada de recursos no montante líquido de R\$1.696.674 no caixa da Companhia.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Recursos não vinculados	537	260	5.046	51.791

A principal variação entre as informações financeiras em 30 de setembro de 2021 e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foi a alocação de grande parte dos recursos, anteriormente classificados em LTN *over* (Letra do Tesouro Nacional), em aplicações em CDB dentro do fundo de investimento (vide Nota Explicativa nº 5).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

	30/09/2021	31/12/2020
Fundo de investimento	102.950	88.201
Certificado de depósito bancário (CDB)	47.773	39.288
	<u>150.723</u>	<u>127.489</u>
Circulante	81.135	62.532
Não circulante	69.588	64.957

Em 30 de setembro de 2021, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	30/09/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico	189.629	147.389
Receitas acessórias	2.320	1.865
Recebíveis de portos	27.792	21.752
Outras contas a receber	16.481	20.449
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(7.060)	(7.848)
	<u>229.162</u>	<u>183.607</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	227.909	180.863
Vencidos:		
Até 30 dias	1.626	2.813
De 31 a 90 dias	1.188	1.752
De 90 a 120 dias	155	253
Acima de 120 dias	5.344	5.774
	<u>236.222</u>	<u>191.455</u>

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Saldo no início do período	7.848	5.855
Valores recuperados e baixados	(7.028)	(2.674)
Constituição de PECLD	6.240	2.569
Saldo no fim do período	<u>7.060</u>	<u>5.750</u>

9. OUTROS CRÉDITOS – CONTA RESERVA - CONSOLIDADO**a) Ecovias dos Imigrantes**

O valor de R\$623.742 foi alocado na conta garantia no âmbito do TAM nº 18/2021, celebrado entre a controlada Ecovias dos Imigrantes e o Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente"), conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.b).

b) Ecovias do Araguaia

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617 (atualizado pelo IPC-A), sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente" (vide Nota Explicativa nº 21.ii), cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza:	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Cível	67	66	8.571	8.606
Tributário	-	-	6.025	5.932
Trabalhista	25	25	21.097	23.297
Meio Ambiente	-	-	62.848	61.783
Desapropriações	-	-	23.805	23.806
THC2 - <i>Terminal Handling Charge</i>	-	-	84.127	83.083
Outros (Distribell S.A.)	2.575	2.575	2.575	2.575
	<u>2.667</u>	<u>2.666</u>	<u>209.048</u>	<u>209.082</u>

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota Explicativa nº 23 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	31/12/2020	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Baixa	Equivalência patrimonial	30/09/2021
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.148.957	(250.566)	1.350.000	-	341.231	2.589.622
Ecoporto Santos S.A.	105.162	-	65.000	-	47.729	217.891
ELG-01 Participações Ltda.	64.216	-	1.656	-	(1.773)	64.099
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	13.945	-	-	-	2.655	16.600
Consórcio Rota do Horizonte S.A. (i)	166	-	-	(146)	(20)	-
EIL-01 Participações Ltda.	359	-	-	-	5	364
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	15.562	-	150	-	207	15.919
EIL 03 S.A. (ii)	-	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	73.350	-	-	-	2.181	75.531
Lucros não realizados - Eco101	(891)	-	-	-	39	(852)
	<u>1.420.826</u>	<u>(250.566)</u>	<u>1.416.806</u>	<u>(146)</u>	<u>392.254</u>	<u>2.979.174</u>

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2021, foi deliberada a Dissolução e Liquidação, para conseqüente extinção da Companhia. Em 18 de junho foi realizada a extinção da Companhia junto a Receita Federal do Brasil e em 30 de setembro, foi realizada a partilha dos ativos da Companhia na proporção da participação acionária de cada Acionista.

(ii) Em 26 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social da EIL03 S.A., para a sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio de alienação, pelo valor do seu acervo líquido de R\$1.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	30/09/2021		participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	30/09/2020
Consórcio Rota do Horizonte S.A. (*)	-	(20)	-	20%	-	166	(20)	(2)
					-	166	(20)	(2)

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2021, foi deliberada a Dissolução e Liquidação, para conseqüente extinção da Companhia. Em 18 de junho foi realizada a extinção da Companhia junto a Receita Federal do Brasil e em 30 de setembro, foi realizada a partilha dos ativos da Companhia na proporção da participação acionária de cada Acionista.

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2020	Amortização	30/09/2021
Ágio – Ecosul	2.697	(385)	2.312
Mais Valia – Anish	37.744	-	37.744
	40.441	(385)	40.056

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,6	9,2	5,7	-	4,6	1,7	5,2	8,3	3,6	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2020	448.959	317.155	26.735	108.298	95.877	258.903	22.518	33.185	21.196	1.332.826
Adições	23.975	8.571	1.173	-	361	285	2.247	3.606	3.416	43.634
Baixas	(114)	(6.327)	(555)	-	-	-	(134)	-	(4.184)	(11.314)
Transferências	(733)	1.046	7	108	(60)	(590)	-	-	(1.010)	(1.232)
Saldos em 30/09/2021	472.087	320.445	27.360	108.406	96.178	258.598	24.631	36.791	19.418	1.363.914
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2020	(361.487)	(165.661)	(19.587)	-	(56.655)	(240.940)	(20.801)	(20.781)	(13.831)	(899.743)
Adições	(19.541)	(21.873)	(1.149)	-	(3.292)	(3.373)	(922)	(2.185)	(474)	(52.809)
Baixas	90	6.164	521	-	-	-	129	(54)	47	6.897
Transferências	161	(337)	-	-	-	337	-	-	1.002	1.163
Saldos em 30/09/2021	(380.777)	(181.707)	(20.215)	-	(59.947)	(243.976)	(21.594)	(23.020)	(13.256)	(944.492)
RESIDUAL										
Em 30/09/2021	91.310	138.738	7.145	108.406	36.231	14.622	3.037	13.771	6.162	419.422
Em 31/12/2020	87.472	151.494	7.148	108.298	39.222	17.963	1.717	12.404	7.365	433.083

Em 30 de setembro de 2021, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	5,9	-	4,6	-	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2020	11.161.940	8.561	176.933	1.115.796	1.598	73.865	12.538.693
Adições	2.251.652	-	10.266	462.339	-	105.645	2.829.902
Baixas	(2.047)	-	-	(6.498)	-	(2.758)	(11.303)
Transferências	317.001	-	5	(315.774)	-	-	1.232
Saldos em 30/09/2021	13.728.546	8.561	187.204	1.255.863	1.598	176.752	15.358.524
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2020	(4.189.498)	(5.728)	(150.494)	-	(1.006)	(36.526)	(4.383.252)
Adições	(428.500)	(385)	(8.014)	-	(55)	(22.215)	(459.169)
Transferências	(1.169)	-	-	-	6	-	(1.163)
Saldos em 30/09/2021	(4.619.167)	(6.113)	(158.508)	-	(1.055)	(58.741)	(4.843.584)
RESIDUAL							
Em 30/09/2021	9.109.379	2.448	28.696	1.255.863	543	118.011	10.514.940
Em 31/12/2020	6.972.442	2.833	26.439	1.115.796	592	37.339	8.155.441

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 30 de setembro de 2021, as principais adições nesta rubrica referem-se a pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, outros e o montante de R\$418.846 revisão da taxa AVP do ônus de concessão da controlada Eco135.

Em 18 de agosto de 2021, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia realizou o pagamento de R\$357.503 à título de Ônus de Concessão, conforme proposta vencedora do Edital de Concessão nº 01/2021 da ANTT.

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617 (atualizado pelo IPC-A), sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente" (vide Nota Explicativa nº 21.ii), cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, motivo esse que qualifica sua contabilização como intangível.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 30 de setembro de 2021 foram 4,54% a.a. (3,99% a.a. em 30 de setembro de 2020).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período de 2021 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram capitalizados R\$49.745 referentes a encargos financeiros (R\$34.708 em 30 de setembro de 2020) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos – Consolidado

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2020	Adições	Baixas	30/09/2021	30/09/2021
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.878	-	(263)	1.615	(263)
Ecoataratas	8.464	-	(6.924)	1.540	(6.924)
Ecopátio	2.602	-	(217)	2.385	(217)
Argovias	7.720	2.968	-	10.688	2.968
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	18.053	6.198	(2.684)	21.567	3.514
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	137.818	64.845	(13.870)	188.793	50.975
Provisão para manutenção	154.929	40.300	(76.549)	118.680	(36.249)
AVP ônus Concessão	26.955	15.909	(7.935)	34.929	7.974
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	722	66	(433)	355	(367)
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(38.407)	-	2.506	(35.901)	2.506
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(70.067)	(15.278)	17.218	(68.127)	1.940
Outros	2.018	1.324	(195)	3.147	1.129
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	251.153	116.332	(89.346)	278.139	
Receita/(despesas) de IR e CS diferido					29.986

- (i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco101, Ecofonte, Eco050, Eco135 e Ecovias do Cerrado.

Em atendimento ao CPC 32 Tributos a Recuperar, item 73, registramos em 30 de setembro de 2021 R\$278.461 no ativo não circulante e R\$322 no passivo não circulante. (Em 31 de dezembro de 2020 R\$ 252.704 no ativo não circulante e R\$ 1.551 no passivo não circulante).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	359.069	209.756	554.566	428.836
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(122.083)	(71.317)	(188.552)	(145.804)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(3.617)	(2.824)
Gratificações/PPR diretores	(830)	(476)	(2.070)	(1.376)
Equivalência patrimonial	133.367	129.112	(7)	(1)
Despesas indedutíveis	(5)	(4.086)	(852)	(4.707)
Amortização de ágio	(131)	(2.956)	21.736	18.563
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	826	999
Créditos tributários não constituídos (i)	(35.236)	(35.004)	(54.877)	(34.630)
Baixas créditos tributários anos anteriores	-	-	(121)	(30.697)
Operações descontinuadas	-	1.020	-	1.020
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	15.970	(16.349)	15.324	(18.312)
Outros	8.948	56	14.646	(1.311)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(197.564)	(219.080)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(224.550)	(262.854)
Impostos diferidos	-	-	26.986	43.774
Taxa efetiva	-	-	35,6%	51,1%

(i) São compostos pelas empresas EcoRodovias Infraestrutura e Logística, Ecoporto Santos, Termares e Ecorodoanel.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - CONSOLIDADO

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	30/09/2021	30/09/2020
Saldo no início do período provisão IR/CS	24.970	13.382
Despesa IR/CS DRE	224.550	262.854
Total de IR/CS pagos	(221.727)	(241.210)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	27.793	35.026

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES	-	-	1.082.984	1.022.473
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	-	-	418.700	413.661
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-	-	93.783	95.832
Notas Promissórias Comerciais - NP	1.286.792	1.243.363	2.697.582	1.243.363
Cédula de Crédito Bancário - CCB	-	-	-	249.935
Outros	-	-	3.170	80
	<u>1.286.792</u>	<u>1.243.363</u>	<u>4.296.219</u>	<u>3.025.344</u>
Circulante	1.286.792	135.522	2.795.077	485.975
Não circulante	-	1.107.841	1.501.142	2.539.369

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Saldo no início do período	1.243.363	-	3.025.344	1.382.290
Adições (*)	-	1.212.416	1.522.348	1.624.436
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	75.297	41.433	191.556	127.347
Pagamento principal	(30.000)	-	(354.629)	(52.708)
Pagamento de juros	(1.868)	-	(88.400)	(53.313)
Saldo no fim do período	<u>1.286.792</u>	<u>1.253.849</u>	<u>4.296.219</u>	<u>3.028.052</u>
Circulante	1.286.792	88.241	2.795.077	445.270
Não circulante	-	1.165.608	1.501.142	2.582.782

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
2022	-	1.107.841	23.693	1.195.524
2023	-	-	93.494	91.494
2024	-	-	99.535	93.926
2025	-	-	103.843	97.749
2026	-	-	108.150	101.613
Posteriores a 2026	-	-	1.072.427	959.063
	<u>-</u>	<u>1.107.841</u>	<u>1.501.142</u>	<u>2.539.369</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(*) As adições no período findo em 30 de setembro de 2021 referem-se a:

Ecoponte

Liberação de R\$31.856 dos subcréditos "B", "C" e "D" do financiamento da controlada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES em 25 de fevereiro de 2021.

Eco050

Liberação de R\$12.957 do contrato de financiamento FDCO junto à Caixa Econômica Federal em 02 de março de 2021.

Eco135

Liberação de R\$79.361 do subcrédito "B" do financiamento da controlada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES em 16 de abril de 2021.

Holding do Araguaia S.A.

Em 05 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Comerciais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), da Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566").

A Emissão foi realizada em série única, totalizando 280 Notas Comerciais, com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo o montante total de R\$1.400.000 (R\$1.398.174 líquidos). As notas promissórias serão remuneradas à taxa de CDI + 1,35% a.a. com vencimento no dia 08 de fevereiro de 2022.

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos, exceto pelos índices das controladas Eco101 e Ecopistas, sendo este último amparado por carta fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços. Os índices apenas limitam distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. Não representando risco para a Companhia.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Saldo no início do período	149.563	1.567.598	5.432.771	7.284.048
Adições(*)	-	-	965.771	986.829
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	4.739	36.567	426.139	296.167
Pagamento principal	-	(1.230.000)	(122.364)	(2.104.343)
Pagamento de juros	(2.035)	(72.910)	(228.838)	(351.883)
Saldo no fim do período	152.267	301.255	6.473.479	6.110.818
Circulante	152.267	152.123	2.044.973	1.070.290
Não circulante	-	149.132	4.428.506	5.040.528

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado					
	30/09/2021			31/12/2020		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2022	625.215	(4.465)	620.750	1.022.237	(12.699)	1.009.538
2023	1.563.278	(8.278)	1.555.000	1.385.917	(7.716)	1.378.201
2024	1.654.972	(3.876)	1.651.096	1.395.157	(3.701)	1.391.456
2025	263.638	(2.704)	260.934	246.182	(2.704)	243.478
2026	60.258	(2.362)	57.896	56.265	(2.362)	53.903
Posteriores a 2026	290.487	(7.657)	282.830	271.204	(7.657)	263.547
	4.457.848	(29.342)	4.428.506	4.376.962	(36.839)	4.340.123

(*) As adições no período findo em 30 de setembro de 2021 referem-se a:

Ecovias dos Imigrantes

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 600.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$600.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,05% a.a. O prazo de vencimento do valor principal será de 12 meses e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente em duas parcelas, sem carência, ambos a partir da data de emissão. Em 10 de maio de 2021, ocorreu a entrada de recursos das referidas debêntures.

Ecosul

Em 20 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, aprovou a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 370.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$370.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,65% a.a. O prazo de vencimento do principal será de 3

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

anos, contados da data da emissão e o pagamento da remuneração será realizado em duas parcelas anuais, e consecutivas devidas a partir do 2º ano contado da data de emissão. Em 02 de junho de 2021, ocorreu a entrada de recursos das referidas debêntures.

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	2,14
	3ª	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,55
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	<4,00x	2,13
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	> 20%	47,50%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	1,45
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 4,0x	2,31
		Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤ 5,5x	3,13
Ecorodovias Concessões	2ª	Dívida líquida/Ebitda	≤ 3,5x	2,98
		Ebitda /Despesa financeira líquida	> 2,0x	2,30
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	2,76
	6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,82
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	2,43
	7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,82
	8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,76
9ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,76	
10ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,76	
Ecoponte	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida PL Ajustado/Passivo Total	> 1,30x > 20%	1,97 32%

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	1.166	86	110.111	40.402
Circulante	388	86	30.151	23.412
Não circulante	778	-	79.960	16.990

A movimentação dos arrendamentos a pagar está demonstrada a seguir:

	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Saldo no início do período	86	-	40.402	12.772
Adições	2.216	897	105.645	141.447
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	87	19	11.043	6.577
Pagamento principal	(1.136)	(751)	(35.936)	(22.693)
Pagamento de juros	(87)	(19)	(11.043)	(6.577)
Saldo no fim do período	1.166	146	110.111	131.526

A variação no período refere-se ao enquadramento de novos contratos de locação de veículos leves, caminhões, guinchos, ambulâncias, imóveis e equipamentos.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Natureza	Ativo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Receita	Receita Juros de mútuo
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controlada direta	205	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul	Controlada indireta	65	-	565	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	Controlada direta	80	-	-	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda.	Outras partes	-	5.422	-	139
Igli Brasil	Outras partes	24	-	-	-
Anish Empreendimentos	Controladora direta	19	-	-	-
Paquetá	Controladora direta	312	-	-	-
Total em 30 de setembro de 2021		<u>705</u>	<u>5.422</u>	<u>565</u>	<u>139</u>
Total em 31 de dezembro de 2020		<u>373</u>	<u>5.304</u>	<u>715</u>	<u>150</u>
Total em 30 de setembro de 2020				<u>531</u>	<u>12</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Natureza	Circulante	Ativo	Passivo
			Não circulante Intangível	Circulante
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	-	3.199	9.849
Consórcio BR050	Outras partes relacionadas	772	-	8.324
Consórcio Baixada Santista	Outras partes relacionadas	-	-	2.813
Crasa Infraestrutura e Itinera Construções Ltda.	Outras partes relacionadas	1	-	-
Igli Brasil	Outras partes relacionadas	24	-	-
Total em 30 de setembro de 2021		797	3.199	20.986
Total em 31 de dezembro de 2020		1	165.956	9.888

No período findo em 30 de setembro de 2021, houve as movimentações abaixo:

Renovação dos contratos de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas que a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta para todas as empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos é de R\$306.163, com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

Assinatura de um novo contrato da controlada indireta Eco050 com o Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., para prestação de serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. O preço global firmado é de R\$22.484 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de janeiro de 2022.

Não houve outras alterações significativas ou novas contratações de partes relacionadas no período findo em 30 de setembro de 2021.

Os saldos de contrato mútuo entre empresas do grupo em 30 de setembro de 2021 estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/09/2021	31/12/2020
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	160.685	156.172
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI	5.422	5.304
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	1.083	1.060
					167.190	162.536

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de abril de 2021, a Assembleia Geral Ordinária, definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 em R\$14.955 (R\$13.297 para o período de 2020), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO – CONSOLIDADO

	31/12/2020	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.757.723	122.686	-	-	1.880.409
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(361.198)	(28.104)	-	-	(389.302)
Realização da manutenção	(1.219.909)	-	(194.826)	-	(1.414.735)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	279.338	-	-	32.500	311.838
	<u>455.954</u>	<u>94.582</u>	<u>(194.826)</u>	<u>32.500</u>	<u>388.210</u>
Circulante	262.142				165.816
Não circulante	193.812				222.394

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS - CONSOLIDADO

	31/12/2020	Efeito Financeiro (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2021
Constituição da provisão para obras	141.691	-	-	-	141.691
Efeito do valor presente sobre a constituição	(20.454)	-	-	-	(20.454)
Realização da construção	(105.877)	-	(1.369)	-	(107.246)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	19.267	-	-	55	19.322
Atualização Monetária	5.088	2.916	-	-	8.004
	<u>39.715</u>	<u>2.916</u>	<u>(1.369)</u>	<u>55</u>	<u>41.317</u>
Circulante	1.618				38.685
Não circulante	38.097				2.632

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO

a) Outorgas fixas e variáveis

	30/09/2021	31/12/2020
Parcelas:		
Variáveis	2.234	2.178
Fixas	1.488.636	995.038
Verbas/Taxas de fiscalização	3.673	5.951
Outras	1.072.617	194
	<u>2.567.160</u>	<u>1.003.361</u>
Circulante	97.764	93.086
Não circulante	2.469.396	910.275

A movimentação do período das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	30/09/2021	30/09/2020
Saldo no início do período	1.003.361	908.823
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	61.649	53.475
Adição Principal (i)	1.430.120	-
Revisão taxa AVP (ii)	418.846	-
Intangível	1.934	1.797
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 27)	140.950	87.289
Pagamento do principal	(489.700)	(114.710)
Saldo no fim do período	<u>2.567.160</u>	<u>936.674</u>

- (i) Em 18 de agosto de 2021, a controlada indireta Concessionária Ecovias do Araguaia realizou o pagamento de R\$357.503 à título de Ônus da Concessão, conforme proposta vencedora do Edital de Concessão nº 01/2021 da ANTT. O Valor foi registrado na rubrica "Contrato de Concessão" no Intangível (Vide Nota Explicativa nº 13). O Saldo remanescente de R\$1.072.617 representa o valor alocado na Conta de Aporte, conforme Nota Explicativa nº 9.b) Outros Créditos – Conta Reserva, os quais possuem a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta Única do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do contrato de concessão da controlada Concessionária Ecovias do Araguaia.
- (ii) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC 12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 00 Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 12

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ajuste a Valor Presente uma revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 4,84%.

b) Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão ("TAM") – Ecovias dos Imigrantes

Em 30 de abril de 2021, após tratativas entre o Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente") e a controlada indireta Ecovias do Imigrantes ("Concessionária"), o Poder Concedente publicou no Diário Oficial que, em 30 de abril de 2021, celebrou com a Concessionária, com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP", e, em conjunto com Poder Concedente e Concessionária, "Partes"), o Termo Aditivo e Modificativo nº 18/2021 ("TAM nº 18/2021") ao CONTRATO 007/CR/1998 ("Contrato de Concessão").

O TAM nº 18/2021 tem por objetivo fixar as premissas, inclusive de natureza financeira, que nortearão a celebração de um novo e subsequente termo aditivo e modificativo ("TAM Definitivo"), o qual, por sua vez, terá por finalidade o equacionamento das seguintes discussões entre as Partes: (i) encerramento de conflitos judiciais atualmente existentes entre as Partes; (ii) recomposição, por meio da extensão de prazo do Contrato de Concessão, de eventos de desequilíbrios reconhecidos pela ARTESP ("Passivos Regulatórios"); (iii) inclusão, ao Contrato de Concessão, de novos investimentos necessários à prestação do serviço público; (iv) alteração do índice de reajuste tarifário para o IPCA, a partir de 1º de julho de 2021 (que considera a variação acumulada do IPCA de maio/20 a maio/21), inclusive; e (v) disciplina de novas premissas e condições para reequilíbrio contratual decorrentes de eventos futuros ("Acordo").

No que diz respeito à extinção de conflitos judiciais referentes à execução contratual, o TAM nº 18/2021 inclui a ação judicial nº 1045799-02.2014.8.26.0053 ("Ação Anulatória"), que visa à anulação do Termo Aditivo e Modificativo nº 10/2006 ("TAM nº 10/2006"), que prorrogou o prazo contratual, de maio de 2018 para março de 2024, a título de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Para o encerramento da Ação Anulatória no âmbito do TAM Definitivo, o desequilíbrio, que havia sido objeto do TAM nº 09/2006, foi recalculado pela ARTESP considerando as premissas estipuladas exclusivamente para fins de celebração do TAM Definitivo de TIR contratual de 20,59867% acrescido do tráfego real, que resultou em valor de R\$ 891,4 milhões, na data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, a ser equacionado mediante (i) pagamento ao Poder Concedente, por parte da Concessionária, por ocasião da celebração do TAM Definitivo, do valor de R\$ 613,0 milhões, (ii) abatimento da diferença de R\$ 278,4 milhões, data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, do valor do desequilíbrio devido à CONCESSIONÁRIA pela inclusão dos investimentos voltados para a conservação especial do sistema rodoviário para todo o período prorrogado de concessão, e (iii) manutenção do prazo contratual previsto no TAM nº 10/2006.

Como demonstração do firme compromisso da Concessionária em celebrar o TAM Definitivo e como contrapartida ao futuro encerramento da Ação Anulatória, a Concessionária antecipadamente depositará no âmbito do TAM nº 18/2021 o montante de R\$ 613,0 milhões em uma conta garantia de sua titularidade em banco de primeira linha, sendo que o Governo do Estado de São Paulo apenas estará autorizado a levantar esse valor se e quando for celebrado o TAM Definitivo.

Com relação à recomposição da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão,

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em que serão considerados os Passivos Regulatórios e os novos investimentos a serem incorporados ao Contrato de Concessão, estima-se que, no caso de o TAM Definitivo vir a ser celebrado, o Contrato de Concessão terá o seu prazo estendido até março de 2033, considerando projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

Merecem destaque as seguintes diretrizes do TAM nº 18/2021:

- Desequilíbrio decorrente da depreciação e Passivos Regulatórios não especificados nos itens abaixo:

(i) Depreciação: apurada até o ano atual do Contrato de Concessão, aplicando-se TIR de 16,58% + IGP-M;

(ii) Passivos Regulatórios não especificados nos itens abaixo: apurados até o ano atual do Contrato de Concessão, aplicando-se TIR de 20,59867% + IGP-M.

O somatório dos desequilíbrios de ambos os itens "i" e "ii", acima, será corrigido a partir do ano atual e reequilibrado a partir de março de 2024, aplicando-se TIR de 16,58% + IGP-M.

- Desequilíbrio a partir de 2018 decorrente da aplicação de reajuste parcial nos anos de 2013 e 2014:

TIR contratual de 20,59867% + IGP-M ao ano até maio de 2024, inclusive; e

TIR de 8,2% + IGP-M, a partir de junho de 2024, para efeito de reequilíbrio, que se dará via extensão de prazo e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

- Desequilíbrio pela diferença entre os índices IGP-M e IPCA, entre julho de 2014 e julho de 2020:

TIR de 12,5%+ IGP-M, conforme TAM 15/2011;

Cálculo do desequilíbrio devido à redução tarifária acumulada desde 2014 e até julho de 2020, que representa o percentual de 10,9367% sobre a base tarifária, considerando o tráfego real estimado até 28/03/2024, será reequilibrado via extensão de prazo e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

- Novos investimentos - Conservação especial durante o período de extensão do prazo contratual, os quais devem ser reequilibrados a favor da Concessionária através de duas medidas: (i) abatimento do valor citado acima, de R\$ 278,4 milhões, data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, do valor do desequilíbrio devido à CONCESSIONÁRIA pela inclusão desses investimentos, e (ii) reequilíbrio do saldo do desequilíbrio devido à Concessionária via extensão de prazo, com TIR de 7,65% + IGP-M e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. O valor deste investimento está estimado em R\$ 842,5 milhões, data base de julho de 2020, distribuídos até 2033, e será confirmado para a assinatura do TAM Definitivo.

- Novos investimentos - Obras de melhorias e de aumento de capacidade entre o km 59 e o km 65 da SP 150 – Conexão Porto/Cidade – Santos (2ª fase do Sistema Binário), os quais devem ser reequilibrados a favor da Concessionária:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Reequilíbrio via extensão de prazo, TIR de 7,65% + IGP-M e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. O valor deste investimento está estimado em R\$ 254,3 milhões, data base de julho de 2020 e será confirmado para assinatura do TAM Definitivo.

- Novos investimentos – Obras de melhorias do trecho urbano de São Vicente no valor aproximado de R\$44 milhões sem reequilíbrio a favor da Concessionária.

No que diz respeito a eventos de desequilíbrio não contemplados ou posteriores a assinatura do TAM Definitivo, o TAM nº 18/2021 estipulou que a quantificação e recomposição desses desequilíbrios deverão observar a metodologia de fluxo de caixa marginal. Essa disciplina será confirmada no TAM Definitivo.

A Companhia reforça que o Acordo apenas se tornará eficaz mediante a celebração do TAM Definitivo, tendo o TAM nº 18/2021 a natureza de ajuste preliminar e preparatório para esse novo e subsequente aditamento.

c) Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos futuros relativos a Concessionária Ecovias do Araguaia estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	30/09/2021 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovia	14.776	547	11.035	26.358
Ecosul	51.374	80.500	42.537	174.411
Ecovias	89.131	91.910	55.262	236.303
Ecocataratas	34.117	-	10.574	44.691
Ecopistas	49.241	538.082	265.932	853.255
Eco101	1.351.726	602.926	403.630	2.358.282
Ecoponte	226.508	187.278	98.070	511.856
Eco050	510.152	1.472.114	15.484	1.997.750
Eco135	875.150	1.105.046	55.203	2.035.399
Ecovias do Cerrado	772.213	1.612.938	103.974	2.489.125
Total	3.974.388	5.691.341	1.061.701	10.727.430

d) Ecovias do Araguaia

Em 29 de setembro de 2021, a controlada indireta, Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., assinou com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), o Contrato de Concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/050/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B) (todos, em conjunto, o "Sistema Rodoviário") pelo prazo de 35 anos a contar da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens que ocorreu em 01 de outubro de 2021.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão. Em 08 de julho de 2021 o Ecoporto tomou ciência do Despacho nº 27/2021, do Ministro da Infraestrutura, no qual decidiu pela não reconsideração do indeferimento do pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio do instrumento pela implantação de novos investimentos no terminal, nos valores já considerados na Resolução nº 7.549/2020 e Acórdão nº 14-2020.

Em paralelo tramita, na SNPTA e na ANTAQ, pedido do Ecoporto Santos para instauração de arbitragem contra a decisão de denegação, pela ANTAQ, por meio da Resolução nº 7.549 e do Acórdão nº 14-2020, de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m2) comparada àquela prevista no edital (170.000 m2) do Contrato. Em 09 de julho de 2021 a ANTAQ, por decisão unânime, manifestou-se favoravelmente à celebração do compromisso arbitral através do Acórdão nº 370. Em 26 de julho de 2021 o processo foi remetido ao Ministério da Infraestrutura para manifestação.

b) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

Acórdão 883/2020 – TCU

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em de abril de 2020, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A (“Ecosul”), sem que esta seja parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293 (no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR 392, concluindo-se por recomendar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame ao TCU, que foi julgado improcedente em fevereiro de 2021 (Acórdão 170/2021-PL). Segundo o Tribunal, a ANTT deverá reavaliar a tarifa de pedágio quanto ao cálculo de reequilíbrio pertinente à alteração do fator multiplicador que redundou na majoração dos valores cobrados para veículos pesados. A Agência Reguladora apresentou recurso de embargos de declaração, no qual sustenta contradição na decisão do TCU e reforça que a metodologia de reequilíbrio aplicada obedeceu às diretrizes contratuais e normativos vigentes. A Concessionária apresentou manifestação ao processo, requerendo o seu ingresso como parte interessada e as razões para anulação das decisões anteriores. Em agosto de 2021 o TCU admitiu a Ecosul no processo e recebeu o pedido de reexame apresentado, suspendendo os efeitos do acórdão nº 883/2020 que determinavam a reavaliação da tarifa de pedágio.

Em apreciação preliminar de mérito, a 4ª Diretoria da SERUR/TCU por meio de sua instrução técnica recomendou o acolhimento dos argumentos apresentados pela Concessionária e ANTT, segundo o entendimento que “a arrecadação a maior das tarifas de pedágio, derivada da alteração do fator multiplicador (VP/VL), tem como origem o aumento do volume de tráfego de veículos pesados, que compõe o risco da demanda e a álea econômica ordinária contratual. Por este motivo, não permite a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em estrita observância do princípio da segurança jurídica”. Não obstante o teor do parecer técnico, o encaminhamento dado pelo Secretário ao Min. Relator foi pela manutenção da decisão recorrida. O processo aguarda o julgamento dos embargos opostos pela ANTT e do pedido de reexame apresentado pela Concessionária.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Pavimento

Em 19 de maio de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres concluiu a apuração dos investimentos em recuperação e manutenção de pavimento pertinente ao cronograma de obras realizados no ano de 2018. A partir de então, a Agência Reguladora passou a adotar um novo entendimento quanto ao critério de fiscalização e aceitação das obras incluídas pelo 6º Aditivo ao Contrato, passando a exigir o atendimento integral ao projeto executivo aprovado no ano de 2014, independentemente do atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados no aditivo.

Como consequência da aplicação desse novo entendimento, a Agência Reguladora publicou em 02/09/2020 as Portarias nº 072/2020 e 076/2020, aplicando retroativamente o novo critério de apuração para as obras que haviam sido realizadas e aceitas em 2017 e 2016, respectivamente, o que implicou na postergação desses investimentos para o período anual de 2020. Seguindo a nova diretriz de fiscalização, os investimentos em recuperação e manutenção realizados no ano de 2019 também foram postergados para o período anual de 2020, por meio da Portaria nº 077/2020, publicada em 03/09/2020.

A adoção desse novo entendimento acarretou no apontamento de altos percentuais de inexecuções das obras realizadas entre os anos de 2016 a 2019, independentemente de seu atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados, cujas postergações poderão impactar negativamente a tarifa básica de pedágio em -3,17%. Também foram emitidas penalidades em face da Concessionária em relação às inexecuções do cronograma de obras dos anos de 2016, no valor de R\$ 12.714, 2017, no valor de R\$ 9.251, 2018, no valor de R\$ 1.679 e 2019, no valor de R\$ 2.334, e descumprimento do projeto executivo no valor de R\$ 683, cujas defesas administrativas ainda serão analisados pela Agência reguladora.

A Concessionária apresentou manifestações contrárias ao entendimento apresentado pelas respectivas Portarias ANTT e seus reflexos, as quais não foram aceitas pela Agência Reguladora. Ato contínuo, em março de 2021 a ANTT consolidou os efeitos desse novo entendimento no processo de revisão tarifária do corrente ano, para que fosse aplicado o desconto de 3,17% na tarifa básica de pedágio. A Concessionária contestou o entendimento adotado pela ANTT no processo de revisão tarifária e ajuizou em 22/03/2021 ação judicial em face da ANTT (Processo nº 1015421-95.2021.4.01.3400) em que objetiva, cautelarmente, suspender as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades iii) e pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requer a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato. O pedido liminar foi analisado pela Justiça Federal que reconheceu que a alteração de entendimento da ANTT contraria o Contrato de Concessão e "indica violação ao princípio da segurança jurídica, ofensa à confiança legítima, e desrespeito à estabilidade esperada no decorrer da relação contratual". Nesse sentido, concedeu totalmente o pedido de tutela e determinou que "a ANTT se abstenha, até a prolação da sentença, de exigir e/ou impor novas sanções à Ecosul com fundamento nos fatos *sub judice*, bem como se abstenha de exigir o refazimento das obras realizadas a partir do sexto aditivo".

Em 24 de agosto de 2021, a tarifa de pedágio foi reajustada por meio da Deliberação nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão, sem a aplicação dos descontos objeto da Ação Judicial, em cumprimento ao determinado pela liminar. A ANTT recorreu da decisão liminar por meio de agravo de instrumento. Contudo, teve o seu pedido para atribuição de efeitos suspensivo negado pelo Tribunal, sob o fundamento que "houve uma mudança de compreensão até então adotada pela ANTT" e "não pode o administrado ser surpreendido pelo ato da administração, principalmente com a aplicação de penalidades retroativas a obras que remontam aos anos de 2016, 2017 e 2019". O processo aguarda o julgamento de mérito e demais recursos da ANTT.

Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão.

A medida cautelar decorre de representação apresentada por deputados federais do RS. Em síntese, os Representantes alegam que a referida Deliberação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao elevar os valores dos pedágios praticados pela Ecosul, traria problemas econômicos à região de Pelotas/RS e iria de encontro ao Acórdão 883/2020 do TCU, que teria indicado a existência de potenciais desequilíbrios a serem apurados pela Agência Reguladora, atualmente com exigibilidade suspensa.

Segundo o TCU, a Deliberação ANTT nº 277/2021 teria contrariado o Acórdão nº 883/2020 ao autorizar a majoração das tarifas praticadas no polo rodoviário de Pelotas. No entendimento do ministro relator, diante da possibilidade de se confirmar a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato discutida na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, haveria fundamentos para se suspender o "aumento das tarifas" até o julgamento do pedido de reexame da Concessionária e dos embargos de declaração da ANTT naquele processo.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente, não tendo havido quaisquer violações aos comandos discutidos na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, uma vez que a ANTT tomou o devido cuidado para respeitar as disposições do Acórdão nº 883/2020 no âmbito do processo de revisão tarifária.

c) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras de 2020.

O inquérito policial encontra-se em andamento perante a Polícia Federal, sem previsão de término, em relação ao qual a Companhia estuda a possibilidade de transacionar com o Ministério Público e demais autoridades competentes a fim de encerrar o caso de forma definitiva.

d) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, contra suas sociedades relacionadas, a ECS e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluíus ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecovia. Como pedidos finais, o Estado do Paraná e o DER/PR pretendem a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção contra a Ecovia. O valor pleiteado pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, de R\$4.945.904, corresponde, segundo o Estado do Paraná e o DER/PR, ao montante total arrecadado pela Ecovia ao longo de toda a concessão. O MPF apresentou manifestação alegando que o acordo de leniência firmado não é capaz de por si só extinguir a ACP; mas que as informações e provas decorrentes do acordo não podem ser utilizadas contra as empresas em outras instâncias. Concluiu o MPF, portanto, que o acordo de leniência impede a atuação repressiva desnecessária de outros órgãos. Por conta disso, o MPF se opõe ao deferimento de qualquer medida cautelar contra as lenientes e ressalta a necessidade de se abater os valores pactuados em eventual futura condenação. Após, o juiz de primeira instância indeferiu a liminar pleiteada pelo Estado, acolhendo os argumentos apresentados pela Ecovia e seus Controladores e MPF. O juiz negou os pedidos liminares sob o argumento de que devem se levar em conta a realização do acordo de leniência celebrado com o MPF e a postura colaborativa adotada pela concessionária. Foi determinado o prosseguimento da ação judicial sob o entendimento de que não é caso de extinguir processo. O Estado do Paraná interpôs recurso, cujo efeito suspensivo foi negado, aguardando-se decisão final. A Ecovia e as demais empresas apresentaram defesa.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladas Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e as Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração, conforme acima já mencionado. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, estabeleceu que: (a) a Companhia ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (b) a Ecovia deve arcar com R\$20.000 de obras e R\$100.000 de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 de obras e R\$120.000 de redução tarifária. Adicionalmente, as Concessionárias do Paraná sujeitar-se-ão ao aprimoramento e acompanhamento de seu programa de ética e compliance por monitor independente.

Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a Companhia e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a Companhia, o ECS e as Concessionárias do Paraná venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. As obrigações do acordo vêm sendo rigorosamente cumpridas pelas Concessionárias, com a execução das obras estabelecidas, aguardando apenas, em poucos casos, a emissão de licença ambiental. As reduções tarifárias previstas no acordo já foram aplicadas e as tarifas já retornam aos valores contratuais. Em 13 de janeiro de 2021, foi proferida sentença homologando o referido acordo no juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000. A sentença transitou em julgado e o processo foi baixado em 22/06/2021.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação prévia encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando o início de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática atos lesivos contra a Administração Pública. As notificações também foram recebidas pelas Concessionárias Ecovia e Ecocataratas tendo sido apresentadas as defesas prévias pela Companhia e suas Controladas. Em manifestação nesse procedimento, o MPF defendeu a impossibilidade de se utilizar as informações da leniência para se aplicar sanção ou consequência negativa aos colaboradores em extensão maior do que o que já consta do acordo, solicitando ao Estado a confirmação da integral anuência à impossibilidade de utilização das informações para aplicações de sanções, bem como aos termos do Acordo de Leniência. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600.100,00 para a Ecocataratas e R\$ 27.570.180,00 para a Ecovia; (2) determinar a condenação solidária da EcoRodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (Ecocataratas, Ecovia e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias protocolaram recurso com efeito suspensivo ao governador do Estado visando atacar a decisão proferida, em razão de que a mesma não observou o devido processo e carece de fundamentos legais.

Independentemente do processo administrativo de responsabilização (PAR), acima mencionado, ainda nesse contexto de medidas adotadas pelo Estado do Paraná em face das Companhias, em 07 de janeiro de 2020 a Companhia e sua controlada direta ECS comunicaram ao mercado a ciência da publicação da Resolução CGE nº 67/19, da

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), que determinou cautelarmente a suspensão temporária do direito das Concessionárias Ecocataratas e Ecovia de participarem de novas licitações e celebrar novos contratos com a Administração Pública do Estado do Paraná. As Concessionárias Ecovia e Ecocataratas formularam pedido judicial de liminar para suspender os efeitos da Resolução CGE nº 67/19 diante da impossibilidade de aplicação de sanções sem o prévio procedimento administrativo e o direito à ampla defesa e contraditório. O pedido liminar foi negado pelo juiz da causa que reconheceu, liminarmente, que os argumentos que basearam a decisão cautelar não são genéricos e imprecisos, que as autoras ao firmarem acordo de leniência reconheceram que cometeram ilícitos, que as acusações estão baseadas em investigações penais realizadas pelo MPF, onde foram colhidos indícios de prática de ilícitos penais correlatos aos ilícitos contratuais, portanto presentes os requisitos para a concessão da cautelar. Em 11 de dezembro de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, a Resolução CGE nº 78, de 10 de dezembro de 2020 revogando a Resolução CGE nº 67/2019, que determinou a suspensão temporária cautelar dos direitos da Ecovia e Ecocataratas de contratar com o Estado do Paraná. Em 13 de agosto de 2021 foi publicada a Resolução CGE nº 45, a qual, dentre outras disposições, impôs às empresas (Ecocataratas, Ecovia e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos. A referida Resolução CGE nº 45 encontra-se com eficácia suspensa em razão da interposição de recurso administrativo pela Companhia.

Em agosto de 2020, foi proposta por Ecovia e Ecocataratas a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração, com base na Resolução 003/2019, como forma e regulação dos Contrato de Concessão 076/07 e 073/97 na aplicação de autos de infração. Deduzido pedido de tutela de urgência foi deferida a liminar para que o DER/PR se abstenha de imputar qualquer penalidade às Concessionárias, em decorrência dos autos de infração lavrados, sob o entendimento de que efetivamente resta incontroverso que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização que não mais oportuniza o tempo de cura das não conformidades previamente a autuação por parte da Concessionária. A decisão liminar determinou ainda que as Concessionárias promovessem o depósito das multas já impostas pelo Poder Concedente até o momento em que proferida a liminar, podendo tal depósito ser substituído por seguro garantia. DER/PR interpôs recurso de Agravo de Instrumento contra a liminar favorável às concessionárias, o qual foi desprovido em seu mérito. O DER/PR e Estado do Paraná apresentaram Contestação as quais já foram impugnadas pelas Concessionárias. Aguarda-se saneamento do processo.

Ainda, no âmbito da regulação contratual da Ecovia e Ecocataratas, em setembro de 2020, foram propostas ações (Ecovia: Ação 5044213-08.2020.4.04.7000 - distribuída originariamente para Juízo Federal da 5ª VF de Curitiba e redistribuída por conexão ao Juízo da 1ª VF de Curitiba - Ecocataratas: Ação 5044220-97.2020.4.04.7000 - distribuída para Juízo Federal da 3ª VF de Curitiba) visando reequilíbrio das perdas tarifárias decorrentes da suspensão da cobrança dos eixos suspensos, uma vez que a Lei 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros) foi modificada em maio de 2018 (pela MP 833/2018, posteriormente convertida na Lei 13.711/2018), para o fim de estabelecer nova isenção tarifária. O art. 17 do referido diploma normativo isentou "os veículos de transporte de cargas que circularem vazios (...) da cobrança de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos", prevendo expressamente que tal medida "abrange as vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive as concedidas" (§ 1º do art. 17). Trata-se de alteração normativa superveniente e imprevisível, com reflexos diretos e imediatos sobre a concessão outorgada às Concessionárias.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em dois processos administrativos, um relativo à Ecovia e outro à Ecocataratas. Nessas decisões, a AGEPAR afirma haver suposto excesso no valor atual da tarifa e determina (i) a suspensão dos futuros reajustes, (ii) a anulação dos últimos aditivos contratuais, (iii) a realização de estudos pelo DER para redução da tarifa e (iv) a comunicação aos demais órgãos estatais de controle e fiscalização. Assim, a AGEPAR pretende obstar o reajuste tarifário devido para dezembro de 2020 e ainda reduzir drasticamente a tarifa, a valor mínimo. Ecovia e Ecocataratas interpuseram ações judiciais, alegando vícios nos processo administrativo; desrespeito ao devido processo legal; descon sideração do contraditório e do dever de fundamentar as decisões; incompetência da AGEPAR para anula regras contratuais e obstáculos jurídicos à desconstituição de atos perfeitos: coisa julgada em diversas ações entre as partes; prescrição; proibição de conduta contraditória; erros de apreciação no mérito da questão: a revisão pretendida parte de premissas despropositas, que desconsideram a TIR, as previsões contratuais e as normas legais e constitucionais relativas à intangibilidade de equação econômico-financeira; há também graves defeitos técnicos contábeis, já demonstrados em pareceres, que foram, no entanto, desprezados pela AGEPAR; (especificamente quanto ao reajuste, sua autonomia em relação à tarifa base.

Na ação ajuizada pela Rodovia das Cataratas – Ecocataratas S/A, em face da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e demais entes (Estado do Paraná), visando a suspensão de todos os efeitos da decisão proferida no âmbito do processo de autotutela instaurado contra a Concessionária, processo nº 5057801-82.2020.4.04.7000 – 5º Vara Federal de Curitiba-PR, foi concedida a tutela de urgência para determinar a suspensão dos efeitos Resolução 27/2020 AGEPAR, bem como atos dela decorrentes. Ou seja, estão suspensos os efeitos da decisão do processo de autotutela, inclusive os referentes a necessidade de cálculo de nova base tarifária, suspensão de reajuste tarifário ou suspensão de reequilíbrios contratuais. A decisão teve os seguintes fundamentos: a AGEPAR não possui competência para rever a Taxa de Retorno, porque: (i) não assinou o termo aditivo que pretende anular; (ii) não se manifestou em relação a eventuais erros quando foi consultada; (iii) os efeitos do termo aditivo são concretos e vão além do que a fixação da TIR, irradiando-se para o campo jurisdicional; (iv) não há legalmente competência para rever as bases contratuais, apenas devendo verificar se é devido o reajuste ou a revisão das tarifas; (v) mesmo se houvesse a competência, a AGEPAR deveria ter observado o contraditório e a ampla defesa, inclusive chamando o Poder Concedente para ter ciência desta decisão. A AGEPAR opôs recurso a decisão liminar o qual foi julgado em seu mérito e desprovido, para afastar a possibilidade de redução tarifária, assim como autorizar a Concessionária a implementar o reajuste contratual referente ao ano de 2020.

Na ação ajuizada pela Ecovia Caminho do Mar, em face da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e demais entes (Estado do Paraná), processo nº 5057980-16.2020.4.04.7000 – 6º Vara Federal de Curitiba-PR, foi concedida pelo TRF4 a suspensão de parte da decisão do processo de autotutela, Resolução 026/20, para obstar a implementação de redução das atuais tarifas de pedágio cobradas na rodovia concedida, sob os mesmos argumentos lançados pelo juízo que deferiu a liminar da Ecocataratas, mas manteve suspensa a aplicação do reajuste anual sob o argumento de que a majoração desses valores produzirá efeitos que onerará, diretamente, os usuários da rodovia e incrementará eventual "excesso" tarifário. A Ecovia e AGEPAR opuseram recurso à decisão liminar, os quais foram julgados pelo TRF, para o fim de prover o recurso da Concessionária e autorizar a implantação do reajuste contratual referente ao ano de 2020, assim como para o fim de desprover o recurso

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

da Agência, mantendo-se a liminar concedida no tocante a impossibilidade de redução da tarifa, até o julgamento do mérito da causa.

e) Ecovias dos Imigrantes - Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela controlada indireta nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou acordo de não persecução cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo, por meio do qual a Ecovias se obrigava a realizar o pagamento no montante de R\$ 638 milhões, dos quais R\$ 38 milhões seriam arcados pela Companhia, além de R\$ 12 milhões adicionais decorrentes de outras obrigações. O ANPC necessitaria ser homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMP") e, posteriormente, por uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para surtir efeitos.

Conforme Fatos Relevantes divulgados pela controlada indireta em 22 e 24 de setembro de 2021, em 21 de setembro de 2021 o CSMP decidiu pela não homologação do ANPC, determinando o arquivamento dos inquéritos civis supracitados, sob o fundamento de que os fatos apurados nos referidos procedimentos estão prescritos e não foram comprovados. Desta forma, não serão passíveis de aplicação eventuais sanções decorrentes destes inquéritos ou discussões de natureza cível, inclusive atos de improbidade, contra a Ecovias e outras empresas do Grupo Ecorodovias. Ato contínuo, as obrigações originalmente assumidas pela Ecovias e Companhia, em relação aos montantes acima relacionados, não serão mais exigíveis, razão pela qual a Companhia procedeu com o estorno dos valores de multa contabilizados no exercício de 2020.

Atualmente, aguarda-se a análise pelo CSMP de recurso interposto pela Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo contra a decisão do CSMP que não homologou o ANPC. De acordo com a análise de nossos assessores jurídicos, a possibilidade de reversão da decisão é remota."

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	65.004	129.629	36.762	7.663	239.058
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	549	29.915	2.323	704	33.491
(-) Pagamentos	-	(11.260)	(11.140)	(3)	(22.403)
(+) Atualização monetária	2.720	18.748	2.956	683	25.107
Saldos em 30 de setembro de 2021	68.273	167.032	30.901	9.047	275.253

(a) Processos ambientais

As suas controladas possuem outros processos de natureza ambiental que totalizam,

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em 30 de setembro de 2021, o montante de R\$5.189 (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2020), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

O valor provisionado corresponde principalmente a ação civil pública, da controlada Ecovias dos Imigrantes, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 09 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março de 2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$6.522. Em 31 de dezembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de setembro de 2021, incluindo o valor do depósito complementar de R\$6.522, é de R\$62.848 (R\$61.783 em 31 de dezembro de 2020), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$591.466 em 30 de setembro de 2021 (R\$1.041.419 em 31 de dezembro de 2020), oriundas de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa classificada como provável, ou seja, com constituição de provisão é da controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Interpusemos Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, apresentamos recurso, pendente de julgamento.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2021, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$39.783 (R\$45.709 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

(d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de setembro de 2021, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$382.062 (R\$223.794 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A composição do capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

	30/09/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Acionistas				
Igli do Brasil Participações Ltda (i)	321.627.460	46,189%	-	-
Primav Infraestrutura S.A. (i)	105.000.000	15,079%	357.504.226	63,988%
IGLI S.p.A.	34.755.850	4,991%	27.879.084	4,990%
Outros (free-float)	234.237.916	33,639%	172.602.772	30,894%
Ações em tesouraria	712.998	0,102%	712.998	0,128%
Total ações ordinárias	696.334.224	100,000%	558.699.080	100,000%

(i) Conforme fato relevante, divulgado em 11 de março de 2021, ocorreu o "first closing" da operação da reestruturação societária da então controladora Primav Infraestrutura S.A., sendo que nesta data ocorreu a cisão parcial da Primav, com a versão de 232.504.226 ações ordinárias de emissão da Companhia para a Igli do Brasil Participações Ltda

Em reunião realizada no dia 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$1.720.439, por meio da emissão de 137.635.144 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social, subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021, é de R\$2.055.574 (descontados os custos com emissão, conforme quadro demonstrado abaixo), representados por 696.334.224 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020 era de R\$360.900 (descontados os custos com emissão, conforme quadro

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

demonstrado abaixo), representados por 558.699.080 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2020	Aumento de Capital	30/09/2021
Capital Social Estatutário	381.050	1.720.439	2.101.489
Custos com emissão (ii)	(20.150)	(25.765)*	(45.915)
Capital Social	360.900	1.694.674	2.055.574

(ii) Os custos com emissões de ações referem-se aos custos com transação, tais como: gastos com elaboração de prospectos e relatórios, remuneração dos serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento, corretores, etc), taxas e comissões, custos com transferência e custos de registro.

(*) Gastos adicionais incorridos referentes aos esforços para novo *fundin*g no ano de 2021.

b) Reservas de lucro, reservas de capital e ações em tesouraria

Para o trimestre findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia não apresentou movimentações de reservas de lucros, reservas de capital e ações em tesouraria.

c) Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	30/09/2021
Saldo no início do período	-
Aporte de Capital(*)	183.750
Participação nos lucros/(prejuízos) do período	(2.067)
Saldo no fim do período	181.683

(*) Os aportes foram realizados pela GLP X Participações S.A. na controlada Holding do Araguaia S.A., em 06 de agosto de 2021, no montante de R\$3 e em 10 de agosto de 2021, no montante de R\$183.747. Com estes aportes, a GLP X Participações S.A. passou a deter 35% de participação no capital social da controlada Holding do Araguaia S.A. Em 06 de agosto de 2021, também foi realizada a assinatura do Acordo de Acionistas entre a Companhia, através da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a GLP X Participações S.A.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receitas com arrecadação de pedágio	918.730	774.742	2.596.466	2.192.129
Receitas de construção	339.446	287.279	750.599	749.743
Receitas portuárias	131.292	101.120	390.223	280.459
Receitas acessórias	29.734	22.171	80.390	68.894
Receitas logística	4.881	8.820	23.624	28.022
Receita bruta total	<u>1.424.083</u>	<u>1.194.132</u>	<u>3.841.302</u>	<u>3.319.247</u>
Deduções de receita	(108.696)	(92.144)	(313.044)	(260.803)
Deduções do reconhecimento da receita	(52.969)	(43.488)	(161.805)	(122.159)
Receita líquida	<u>1.262.418</u>	<u>1.058.500</u>	<u>3.366.453</u>	<u>2.936.285</u>

	Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	918.730	774.742	2.596.466	2.192.129
Receitas portuárias	131.292	101.120	390.223	280.459
Receitas logística	4.881	8.820	23.624	28.022
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	29.734	22.171	80.390	68.894
	<u>1.084.637</u>	<u>906.853</u>	<u>3.090.703</u>	<u>2.569.504</u>
<u>Deduções</u>				
Cofins (i)	(43.632)	(36.832)	(126.695)	(104.996)
PIS (ii)	(9.440)	(7.982)	(27.419)	(22.752)
ISS (iii)	(55.145)	(46.304)	(157.483)	(131.251)
Outros – ICMS	-	-	(3)	-
Dedução do reconhecimento da receita	(52.969)	(43.488)	(161.805)	(122.159)
Abatimentos	(479)	(1.026)	(1.444)	(1.804)
	<u>(161.665)</u>	<u>(135.632)</u>	<u>(474.849)</u>	<u>(382.962)</u>

- i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.
- ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.
- iii. Alíquota de média de 5,0%.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Nove meses findo em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Pessoal	3.642	3.476	12.391	10.979	119.215	98.694	339.714	282.119
Conservação e manutenção e outros	4	-	389	408	44.328	30.390	133.053	95.438
Serviços de terceiros (i)	487	3.545	3.474	12.168	56.855	61.507	176.043	175.699
Seguros	330	301	930	907	5.888	5.138	17.632	13.889
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	-	-	21.761	18.950	61.649	53.475
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	-	-	31.528	25.801	94.582	86.181
Custo de construção de obras	-	-	-	-	339.446	287.279	750.599	749.743
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 12 e 13)	413	306	916	1.149	181.284	145.040	511.978	414.468
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	92	134	238	272	1.508	4.290	7.880	9.910
Outros custos e despesas operacionais	185	259	803	1.071	39.444	24.416	104.565	69.004
	<u>5.153</u>	<u>8.021</u>	<u>19.141</u>	<u>26.954</u>	<u>841.257</u>	<u>701.505</u>	<u>2.197.695</u>	<u>1.949.926</u>
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	768.206	632.215	2.001.175	1.744.747
Despesas gerais e administrativas	<u>5.153</u>	<u>8.021</u>	<u>19.141</u>	<u>26.954</u>	<u>73.051</u>	<u>69.290</u>	<u>196.520</u>	<u>205.179</u>
	<u>5.153</u>	<u>8.021</u>	<u>19.141</u>	<u>26.954</u>	<u>841.257</u>	<u>701.505</u>	<u>2.197.695</u>	<u>1.949.926</u>

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Nove meses findos em		Três meses findos em		Nove meses findos em	
	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020	30/09/2021	30/09/2020
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	18.823	59	19.630	1.914	43.451	11.122	64.579	43.226
Juros sobre mútuos	68	28	139	124	-	-	-	-
Atualização monetária de créditos fiscais	1	40	1	120	1.029	568	2.405	2.235
Receita aplicação - conta garantia TAM ARTESP	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecovias	-	-	-	-	7.638	-	10.885	-
Atualização monetária venda Elog	683	994	2.175	3.126	683	994	2.175	3.126
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	-	-	11.548	-	62.032	-
Outras receitas financeiras	12	7	310	54	1.106	632	2.779	3.043
	<u>19.587</u>	<u>1.128</u>	<u>22.255</u>	<u>5.338</u>	<u>65.455</u>	<u>13.316</u>	<u>144.855</u>	<u>51.630</u>
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures	(2.116)	(1.772)	(4.305)	(30.946)	(100.540)	(68.588)	(239.744)	(233.246)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(30.707)	(21.531)	(75.297)	(41.433)	(72.780)	(52.131)	(178.686)	(126.102)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	-	(62.164)	(30.671)	(173.984)	(47.741)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(145)	(289)	(434)	(5.621)	(3.649)	(2.827)	(12.411)	(15.180)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-	(57.817)	(49.353)	(140.950)	(87.289)
Ajuste a valor presente - provisão de manutenção e provisão de obras	-	-	-	-	(10.851)	(9.706)	(32.555)	(29.830)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(5.187)	(1.005)	(12.870)	(1.245)
Juros capitalizados	-	-	-	-	18.797	11.713	49.745	34.708
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(929)	(69)	(1.074)	(298)	(4.279)	(1.611)	(10.912)	(7.284)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	12	(39)	-	(119)	(12.206)	(3.022)	(25.107)	(8.346)
Juros sobre arrendamentos - CPC 06 (R2)	(17)	(3)	(87)	(19)	(6.401)	(2.169)	(11.043)	(6.577)
Outras despesas financeiras	2.336	(1.033)	(1.089)	(2.989)	(5.201)	(6.170)	(23.281)	(22.631)
	<u>(31.566)</u>	<u>(24.736)</u>	<u>(82.286)</u>	<u>(81.425)</u>	<u>(322.278)</u>	<u>(215.540)</u>	<u>(811.798)</u>	<u>(550.763)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(11.979)</u>	<u>(23.608)</u>	<u>(60.031)</u>	<u>(76.087)</u>	<u>(256.823)</u>	<u>(202.224)</u>	<u>(666.943)</u>	<u>(499.133)</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro básico – resultado do período	0,59	0,37
Lucro diluído – resultado do período	0,59	0,37
Lucro básico – resultado de operações continuadas	0,59	0,38
Lucro diluído – resultado de operações continuadas	0,59	0,38

a) Lucro básico por ação

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	359.069	206.756
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	359.069	209.756
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	609.115	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	608.402	557.986
Lucro básico por ação - R\$	0,59	0,37
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,59	0,38

b) Lucro diluído

	30/09/2021	30/09/2020
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	359.069	206.756
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	359.069	209.756
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	608.402	557.986
Plano Executivo de opção de compra de ações	-	-
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	608.402	557.986
Lucro diluído por ação - R\$	0,59	0,37
Lucro diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,59	0,38

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADOGestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2021	31/12/2020	30/09/2021	31/12/2020
Dívida (i)	1.440.225	1.393.012	13.446.969	9.501.878
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva	(286.810)	(5.818)	(4.512.032)	(1.469.708)
Dívida líquida	1.153.415	1.387.194	8.934.937	8.032.170
Patrimônio líquido (ii)	2.109.924	56.181	2.291.607	56.181
Índice de endividamento líquido	0,55	24,69	3,90	142,97

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 101,6% do CDI em 30 de setembro de 2021 (102,5% em 31 de dezembro de 2020), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2021 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	87.977	87.977
Clientes (i)	Custo amortizado	229.162	229.162
Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	3.356.484	3.356.484
Outros créditos – conta reserva – Ecovias dos Imigrantes (vi)	Valor justo através do resultado	623.742	623.742
Outros créditos – conta reserva – Ecovias do Araguaia (vii)	Valor justo através do resultado	1.072.617	1.072.617
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	169.449	169.449
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	4.296.219	4.202.795
Debêntures (iii)	Custo amortizado	6.473.479	5.657.166
Arrendamentos a pagar(iii)	Custo amortizado	110.111	110.111
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	1.494.543	2.517.607
Obrigações com Poder Concedente (vi)	Valor justo através do resultado	1.072.617	1.072.617
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	Custo amortizado	11.420	11.420

- (i) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.
- (v) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.
- (vi) Conforme nota explicativa nº 9, o valor refere-se a garantia do aditivo do contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes e aproxima-se do valor justo na data do balanço.
- (vii) Conforme nota explicativa nº 9, o valor refere-se a conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que está se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$129.277 (R\$96.867 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	2.939.957	2.388.094	1.764.891	2.107.904
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	146.021	144.256	149.977	1.388.516
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	46.401	45.722	45.060	548.673
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	9.270	9.270	9.270	132.104
Obrigações com Poder Concedente	94.084	103.191	113.180	10.223.422
Finame	354	388	1.418	2.444
Notas Promissórias	2.864.801	-	-	-
Cédula de Crédito Bancária - CCB	36.274	174.505	231.200	-
Arrendamentos a pagar	30.151	25.036	16.965	37.959
	<u>6.167.313</u>	<u>2.890.462</u>	<u>2.331.961</u>	<u>14.441.022</u>

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$1.406.227 (ativo circulante de R\$4.379.219 e passivo circulante consolidado de R\$5.785.446), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IPCA, principais indicadores das debêntures, dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras contratados pela Companhia e por suas controladas:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	231.490	289.362	347.235
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(503.998)	(561.364)	(623.193)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(236.965)	(248.306)	(259.552)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(1.361)	(1.702)	(2.042)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(20.497)	(20.944)	(21.392)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(102.135)	(144.414)	(187.654)
Juros sobre NP (Nota Promissória) (a)	Alta do CDI	(264.110)	(287.516)	(310.657)
Juros a incorrer, líquidos		(897.576)	(974.884)	(1.057.255)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,90%	11,13%	13,35%
IPCA (b)	3,99%	4,99%	5,99%
TJLP (c)	4,90%	6,13%	7,35%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – setembro/2021.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte, Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. e Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL04, Argovias Participações, ELG-01, Anish Empreendimentos, Paquetá Participações, Holding do Araguaia S.A. e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "Holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/09/2021	30/09/2020
Concessões rodoviárias	88,60%	89,63%
"Holding" e serviços	5,97%	5,81%
Portos	4,86%	3,79%
Logística	0,57%	0,77%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 30 de setembro de 2021. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

	30/09/2021					
Balço Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	14.574.172	508.596	79.570	13.571.756	(11.518.846)	17.215.248
Ativo circulante	2.596.589	85.993	25.307	2.311.993	(640.663)	4.379.219
Ativo não circulante	11.977.583	422.603	54.263	11.259.763	(10.878.183)	12.836.029
Passivo	14.574.172	508.596	79.570	13.571.756	(11.518.846)	17.215.248
Passivo circulante	2.112.769	151.939	1.868	4.159.533	(640.663)	5.785.446
Passivo não circulante	6.520.718	122.166	2.171	3.401.933	(908.793)	9.138.195
Patrimônio líquido	5.940.685	234.491	75.531	6.010.290	(9.969.390)	2.291.607

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

						30/09/2021
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	3.191.143	174.998	20.370	215.112	(235.170)	3.366.453
Custo dos serviços prestados	(1.866.097)	(132.129)	(14.728)	(120.348)	132.127	(2.001.175)
Lucro bruto	1.325.046	42.869	5.642	94.764	(103.043)	1.365.278
Despesas gerais e administrativas	(171.199)	(33.931)	(4.810)	(69.855)	83.275	(196.520)
Amortização de investimentos	-	-	-	(11.681)	11.681	-
Outras receitas/despesas	3.118	3.006	1.048	46.163	(564)	52.771
Equivalência patrimonial	-	-	-	876.104	(876.124)	(20)
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.156.965	11.944	1.880	935.495	(884.775)	1.221.509
Resultado financeiro	(412.907)	38.746	267	(293.099)	50	(666.943)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	744.058	50.690	2.147	642.396	(884.725)	554.566
Imposto de renda e contribuição social	(254.169)	(306)	34	56.877	-	(197.564)
Resultado das operações continuadas	489.889	50.384	2.181	699.273	(884.725)	357.002
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido/(Prejuízo) do período	489.889	50.384	2.181	699.273	(884.725)	357.002
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	(2.067)	(2.067)
						31/12/2020
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	9.865.857	449.681	76.131	7.657.653	(6.955.682)	11.093.640
Ativo circulante	1.331.609	61.052	18.683	851.320	(512.576)	1.750.088
Ativo não circulante	8.534.248	388.629	57.448	6.806.333	(6.443.106)	9.343.552
Passivo	9.865.857	449.681	76.131	7.657.653	(6.955.682)	11.093.640
Passivo circulante	1.478.446	209.964	1.451	1.341.415	(512.577)	2.518.699
Passivo não circulante	4.791.668	120.610	1.330	4.489.824	(884.672)	8.518.760
Patrimônio líquido	3.595.743	119.107	73.350	1.826.414	(5.558.433)	56.181

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2020					
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	2.809.954	118.815	24.043	182.101	(198.628)	2.936.285
Custo dos serviços prestados	(1.652.980)	(91.607)	(13.171)	(104.431)	117.442	(1.744.747)
Lucro bruto	1.156.974	27.208	10.872	77.670	(81.186)	1.191.538
Despesas gerais e administrativas	(147.963)	(34.309)	(5.413)	(83.976)	66.482	(205.179)
Amortização de investimentos	-	-	-	(20.540)	20.540	-
Outras receitas/despesas	1.669	(114)	71	(61.297)	1.283	(58.388)
Equivalência patrimonial	-	-	-	859.697	(859.699)	(2)
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.010.680	(7.215)	5.530	771.554	(852.580)	927.969
Resultado financeiro	(279.570)	(14.305)	86	(205.344)	-	(499.133)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	731.110	(21.520)	5.616	566.210	(852.580)	428.836
Imposto de renda e contribuição social	(246.424)	2.403	(796)	30.878	(5.141)	(219.080)
Resultado das operações continuadas	484.686	(19.117)	4.820	597.088	(857.721)	209.756
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	484.686	(19.117)	4.820	594.088	(857.721)	206.756

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transação que não envolvem caixa

No período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<u>Transação</u>	<u>Controladora</u> 30/09/2021	<u>Consolidado</u> 30/09/2021
Direito de uso – CPC 06 (R2)	2.216	105.645
Ajuste a Valor Presente Onus Concessão	-	418.846
Ônus da Concessão – Ecovias do Araguaia		1.072.617

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01 de outubro de 2021, foi assinado o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens do Contrato de Concessão da controlada indireta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.d).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E DE
2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 18 de outubro de 2021, a controlada indireta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. assinou contrato de prestação de serviços de construção civil, com suas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., que constituirão uma sociedade de propósito específico ("SPE") para os fins de assumir a execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO/GO, no treco da BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); no trecho da BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); no trecho da BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B). A vigência do contrato de 35 anos e 3 meses contados da data da assinatura. O valor total do contrato é de R\$3.786.883 (equivalente a 49,2% do valor total previsto de investimento para os 35 anos do Contrato de Concessão da controlada). Os valores serão reajustados anualmente no mês de fevereiro baseado nos indicadores do DNIT e INCC do período. A Administração considera que a transação observou condições comutativas, pois (i) foram observadas as regras previstas na Política de Partes Relacionadas, conforme disponíveis no site da Companhia; e (ii) as condições presentes na contratação estão de acordo com a prática de mercado, conforme estudos realizados por consultoria externa independente contratada pela Companhia para fins do leilão (e.g. cláusulas gerais comumente adotadas nos contratos celebrados pela Companhia para o tipo de contrato e natureza das obrigações).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 22(c) às Informações Trimestrais, que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia em relação aos inquéritos em andamento. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo – SP, 25 de outubro de 2021.

Marcello Guidotti
Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon
Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021.

São Paulo – SP, 25 de outubro de 2021.

Marcello Guidotti
Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon
Diretor Executivo Jurídico